

Tebet diz que não há chance de Lula não dar aumento real no salário mínimo em 2024

A ministra Simone Tebet (Planejamento) afirmou ontem (17) que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) cumprirá sua promessa de campanha e dará aumento real no salário mínimo em 2024, embora o PLDO (Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias) considere apenas a correção pela inflação. “Não há a menor chance de o presidente no ano que vem não dar aumento real no salário mínimo. O salário mínimo virá, não só com aumento da inflação, mais o percentual permitido pelo espaço fiscal”, disse Tebet.

“Que se tire de qualquer lugar, mas o presidente não vai descumprir uma promessa de campanha, como durante oito anos de seus dois primeiros mandatos ele fez. O

aumento vai ser real, o quanto vai depender da aprovação do arcabouço, e de que forma nós poderemos estar falando de incremento de receitas de um lado e de corte de despesas do outro”, acrescentou.

O PLDO de 2024, enviado ao Congresso Nacional na última sexta-feira (14), prevê que o salário mínimo suba para R\$ 1.389 em 2024, sem aumento real. Mas o valor não é definitivo. O montante previsto no PLDO considera apenas a correção do valor previsto para dezembro de 2023 pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), voltado à inflação sentida pelos brasileiros de menor renda, que tem projeção estimada pelo governo em 5,16%.

O valor de R\$ 1.389 representa um avanço de 5,2% ao ser calculado sobre o salá-

rio mínimo de R\$ 1.320 prometido por Lula para ser aplicado a partir de 1º de maio.

“Eventuais novas regras de reajuste, que prevejam aumentos reais para o salário mínimo, serão oportunamente incorporadas ao cenário fiscal quando da elaboração da lei orçamentária anual”, disse a pasta em nota.

Até 2019, a regra para o salário mínimo previa a correção pela inflação do ano anterior mais o aumento real do PIB (caso fosse positivo) de dois anos antes o que, na maior parte do período, proporcionou reajustes reais aos trabalhadores. A regra foi instituída em 2011, no governo de Dilma Rousseff (PT).

O governo Jair Bolsonaro (PL) deixou de dar aumento real do salário mínimo a partir de 2020. Nathalia Garcia/Folhapress



Economia



Governo não vai voltar atrás sobre tributação de importados, diz secretário da Receita *Página - 03*

Atividade econômica fica praticamente estável em janeiro deste ano *Página - 03*



A inadimplência do Mercado Pago, o banco digital do Mercado Livre *Página - 12*

Beleza na Web, do Grupo Boticário, anuncia primeira loja física em São Paulo *Página - 12*



Política

PGR pede condenação à prisão de Sergio Moro por dizer que Gilmar Mendes vende habeas corpus *Página - 04*

Taxas ficam de lado, com exterior e adiamento de entrega do arcabouço *Página - 11*

No Mundo

Guerra na Ucrânia faz Suécia realizar maior exercício militar em 25 anos



A Suécia iniciou nesta segunda (17) o exercício militar Aurora 23, o maior do gênero realizado no país nórdico em 25 anos. Ele ocorrerá em terra, mar e ar até o dia 11 de maio, mobilizando 26 mil soldados de 14 países.

Com a manobra, que havia sido anunciada em outubro após o cancelamento de sua edição anterior devido à eclosão da pandemia de Covid-19 em 2020, a Suécia ao mesmo tempo sinaliza prontidão à Rússia e disposição à Otan, a aliança militar ocidental em que pretende ingressar.

Rompendo 200 anos de neutralidade, Estocolmo de-

cidou pedir a admissão após a invasão da Ucrânia pelas forças de Vladimir Putin, ocorrida em fevereiro do ano passado. A requisição foi feita em conjunto com a vizinha Finlândia, que divide 1.300 km de fronteira com a Rússia.

Todos os 30 membros da Otan votaram pelo ingresso finlandês, formalizado há duas semanas, mas a Turquia e a Hungria ainda resistem ao pedido sueco por motivos políticos. O país nórdico tradicionalmente abriga dissidentes políticos turcos e é crítico da gestão autocrática do húngaro Viktor Orbán.

Na semana passada, o número 2 da Defesa do país, Peter Sandwall, disse à Folha

de S.Paulo acreditar que a admissão esteja resolvida até a cúpula da Otan em Vilnius, na Lituânia, em julho. Enquanto isso, o país flexiona seus músculos militares.

O Aurora é concentrado na costa sul e sudeste da Suécia, no mar Báltico, com foco na defesa contra invasões --particularmente da estratégica ilha de Gotland, vista como alvo primário da Rússia no caso de um conflito.

As Forças Armadas suecas são altamente profissionais, mas até o ano passado o foco de seus exercícios era o de interoperabilidade com a Otan em missões de segurança internacional.

Igor Gielow/Folhapress

Macron discursa sob painel e lamenta falta de consenso para reforma da Previdência



O painel chegou à França. Convocado pela Attac, a Associação pela Tributação das Transações Financeiras para Ajuda aos Cidadãos, o concerto de painéis deu o tom nas ruas de Paris, Marselha, Nantes, Rennes e de outras cidades durante o pronunciamento de Emmanuel Macron nesta segunda (17). O painel foi programado para o momento em que o presidente francês fazia um gesto na tentativa de apaziguar os ânimos no país depois que ter promovido sua impopular reforma da Previdência horas após o texto ter sido validado pelo

Capital do Sudão é alvo de bombardeios pelo terceiro dia seguido

Os Estados Unidos pediram nesta segunda-feira (17) um cessar-fogo no Sudão, conforme a capital do país era bombardeada pelo terceiro dia. Cartum é palco de combates mortais entre facções militares rivais que ameaçam atrapalhar a mudança cambaleante no país da autocracia para o governo civil.

Ao menos 97 civis foram mortos e 365 feridos desde que os combates no Sudão começaram na manhã de sábado, de acordo com um balanço publicado pelo Comitê Central de Médicos Sudaneses, um grupo ativista. O governo não divulgou números.

Desde o início da segunda-feira, bombardeios e ataques aéreos foram ouvidos em Cartum por cerca de duas horas, antes que os ataques pesados diminuíssem, mas o fogo de artilharia continuava.

Os confrontos, que tam-

bém se espalharam para outras partes do Sudão, são o primeiro surto de violência na capital nas últimas décadas e colocam as Forças Armadas contra o poderoso grupo paramilitar Forças de Apoio Rápido (RSF). Os líderes dos dois lados ocupam as duas primeiras posições no conselho governante do Sudão.

Uma prolongada luta pelo poder aumenta o risco de o Sudão cair em uma guerra civil quatro anos depois que o autocrata Omar al-Bashir foi derrubado em um levante, além de prejudicar os esforços apoiados internacionalmente para iniciar uma transição civil que deveria ter sido assinada anteriormente este mês.

O secretário de Estado dos EUA, Antony Blinken, disse que um cessar-fogo imediato é necessário, afirmando que essa visão é compartilhada pela comunidade internacional.

CNN



Conselho Constitucional, na última sexta-feira (14).

“Arrependo-me de não termos conseguido chegar a um consenso”, disse o chefe do Eliseu. “Mas é [um projeto] necessário. Ele foi aceito pelos franceses? Evidente que não”, reconheceu Macron.

O presidente disse ainda compreender a revolta da população. Para ele, trata-se de uma “raiva de ter um emprego que, para muitos, já não lhes permite viver bem, a preços crescentes de gasolina, compras e refeições na cantina”. “Raiva porque algumas pessoas sentem que estão fazendo a sua parte, mas sem serem recompensadas por seus

esforços, seja em ajuda ou em serviços públicos eficazes.”

Macron também se comprometeu a fazer um novo “pacto pela vida e pelo trabalho”, que será organizado nos próximos cem dias em torno de três eixos: emprego, justiça e ordem social e democrática”.

O Conselho Constitucional validou parcialmente o texto que mobilizou milhares de franceses desde janeiro, mas chancelou seu ponto mais crítico: a aposentadoria aos 64 anos. A decisão gerou uma série de protestos pelo país, com incêndios e conflitos com forças de segurança.

Fernanda Mena/Folhapress

Jornal Data Mercantil Ltda

Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000
Tel.: 11 3361-8833
E-mail: comercial@datamercantil.com.br
Cnpj: 35.960.818/0001-30

Editorial: Daniela Camargo
Comercial: Tiago Albuquerque

Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara, Biznews, IstoéDinheiro, Neofeed, Notícias Agrícolas.

Rodagem: Diária

Fazemos parte da



Governo não vai voltar atrás sobre tributação de importados, diz secretário da Receita



O secretário da Receita Federal, Robinson Barreirinhas, afirmou nesta segunda-feira (17) que o governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) não vai voltar atrás na decisão de fechar o cerco a empresas estrangeiras que se utilizam de brecha na legislação brasileira para vender produtos importados sem pagar imposto.

O governo prevê colocar fim à isenção de imposto para remessas internacionais de até US\$ 50 (cerca de R\$ 250) feitas entre pessoas físicas. A regra, segundo o Ministério da Fazenda, tem sido usada de forma fraudulenta por varejistas internacionais. Estão na mira sobretudo as plataformas asiáticas, como Shein, Shopee, AliExpress.

“Não vamos voltar atrás porque a lei é muito clara. Há uma tributação hoje e ela não está sendo efetivada. A Receita Federal já está tomando medidas em relação à efetivação dessa legislação atual e as propostas que estamos indicando e deverão ser anunciadas muito em breve se referem a instrumentalizar a Receita Federal para fazer valer a lei que já existe hoje”, afirmou Barreirinhas.

A medida, que ainda não foi efetivada, gerou reações negativas dos consumidores brasileiros nas redes sociais. “Muitas vezes a mercadoria nem chega. Como os valores são tão baixos, a pessoa pede de novo. A pessoa às vezes não percebe que há um problema inclusive logístico por falta de informação dos ex-

portadores. Isso nós vamos solucionar”, disse o secretário da Receita.

O Fisco também vai prever a obrigatoriedade de declarações completas e antecipadas da importação, identificando exportador e importador, com possibilidade de multa em caso de subfaturamento ou dados incompletos ou incorretos.

Barreirinhas defendeu a medida. Segundo ele, a declaração antecipada permite que o Fisco faça um controle efetivo. “A mercadoria vai chegar já liberada, quando for um exportador, um consumidor que mereça essa confiança por parte do Fisco e que o Fisco ofereça essa confiança por meio de uma gestão de risco eficiente”, disse.

Nathalia Garcia/Folhapress

Atividade econômica fica praticamente estável em janeiro deste ano



A atividade econômica brasileira ficou praticamente estável em janeiro deste ano, de acordo com dados divulgados nesta segunda-feira (17) pelo Banco Central (BC). O Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br) apresentou variação negativa de 0,04% em janeiro em relação a dezembro de 2022, de acordo com os dados dessazonalizados (ajustados para o período).

O IBC-Br é uma forma de avaliar a evolução da atividade econômica do país e ajuda o órgão a tomar decisões sobre a taxa básica de juros, a Selic, definida atualmente em 13,75% ao ano. O índice incorpora informações sobre

Petrobras reduz preço do gás natural em 8,1%

A Petrobras anunciou, nesta segunda-feira (17), uma redução média de 8,1% no preço do gás natural, em relação ao trimestre encerrado em abril. Os novos valores serão cobrados a partir de 1º de maio, segundo nota divulgada pela estatal.

De acordo com a empresa, os contratos com as distribuidoras preveem atualizações trimestrais do preço do gás e vinculam os reajustes às oscilações do petróleo Brent e da taxa de câmbio.

Ainda segundo a empresa, o petróleo recuou 8,7% no período e o real teve uma valorização de 1,1% ante o dólar. Já a parcela referente ao transporte do gás é atualizada anualmente nos meses de maio e, neste ano, sofrerá reajuste de 0,2%, de acordo com a variação do IGP-M. Com o reajuste anunciado nesta se-

gunda-feira, o gás vendido pela Petrobras às distribuidoras acumula redução de 19% no ano, disse a Petrobras.

“A Petrobras ressalta que o preço final do gás natural ao consumidor não é determinado apenas pelo preço de venda da Companhia, mas também pelo portfólio de suprimento de cada distribuidora, assim como por suas margens (e, no caso do GNV- Gás Natural Veicular, dos postos de revenda) e pelos tributos federais e estaduais. Além disso, as tarifas ao consumidor são aprovadas pelas agências reguladoras estaduais, conforme legislação e regulação específicas”, informa a estatal.

Segundo a Petrobras, a atualização do preço do gás natural anunciada nesta segunda-feira não afeta o gás de cozinha (GLP), envasado em botijões ou vendido a granel.

Vitor Abdala/ABR



o nível de atividade de setores da economia – a indústria, o comércio e os serviços e a agropecuária –, além do volume de impostos.

Desde agosto do ano passado, o IBC-Br vinha caindo. Em dezembro, houve alta e, agora, estabilidade. Os resultados estão em linha com a decisão do BC de manutenção da Selic. A taxa está em 13,75% desde agosto do ano passado e é o maior nível desde janeiro de 2017, quando também estava nesse patamar.

Quando o Copom aumenta a taxa básica de juros, a finalidade é conter a demanda aquecida, e isso causa reflexos nos preços porque os juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança. Desse modo, taxas mais altas

ajudam a redução da inflação, mas também podem dificultar a expansão da economia.

Resultado acumulado Em janeiro, o IBC-Br atingiu 142,28 pontos. Na comparação com janeiro de 2022 houve crescimento de 3,03% (sem ajuste para o período, já que a comparação é entre meses iguais). No acumulado em 12 meses, o indicador também ficou positivo, em 3%.

Entretanto, o indicador oficial da economia brasileira é o Produto Interno Bruto (PIB), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Com resultado trimestral, o PIB do primeiro trimestre de 2023 será divulgado em 1º de junho.

Andreia Verdélio/ABR



Estratégia Educacional Participações S.A.

CNPJ/MF nº 28.222.443/0001-46

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

BALANÇOS PATRIMONIAIS				DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS				DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA						
Ativo	Controladora		Consolidado		Receita operacional líquida	Controladora		Consolidado		Fluxo de caixa das atividades operacionais	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021		2022	2021	2022	2021		2022	2021	2022	2021
Circulante	123	157	16.634	10.435	-	-	233.674	164.712	-	-	(3.828)	(34.023)	(3.828)	(34.023)
Títulos e valores mobiliários	-	-	9.211	8.917	-	-	(72.201)	(63.198)	-	-	-	-	-	-
Contas a receber	-	-	101.056	79.053	-	-	161.473	101.514	-	-	-	-	2.584	2.298
Estoques	-	-	7.020	6.690	-	-	(11.590)	(14.410)	-	-	-	-	-	2.843
Adiantamentos e despesas antecipadas	-	-	944	2.145	-	-	(226)	(22)	(141.440)	(115.561)	-	-	-	-
Impostos a recuperar	1	1	2.230	2.143	-	-	(3.604)	(34.005)	-	-	-	-	-	-
Outras contas a receber	-	-	13	104	-	-	-	-	-	-	-	-	(8)	3.338
Total do ativo circulante	124	158	137.108	109.487	(3.830)	(34.027)	8.443	(28.457)	3.604	34.005	-	-	-	3.000
Não circulante	-	-	10	10	Recargas financeiras	7	2	468	297	-	-	-	-	-
Depósitos judiciais	-	-	541	105	Despesas financeiras	(4)	2	(12.738)	(5.863)	-	-	-	-	-
Outras contas a receber	-	-	15.694	17.086	Resultado financeiro	3	4	(12.270)	(5.566)	-	-	-	-	-
Imobilizado	-	-	47.565	46.620	Prejuízo antes do IRPJ e da CSLL	(3.827)	(34.023)	(3.827)	(34.023)	-	-	-	-	-
Intangível	-	-	63.810	61.821	IRPJ e CSLL	(1)	-	(1)	-	-	-	-	-	(293)
Total do ativo não circulante	-	-	124	158	Prejuízo do exercício	(3.828)	(34.023)	(3.828)	(34.023)	-	-	-	-	-
Total do ativo	124	158	200.918	171.308	Prejuízo do exercício	(3.828)	(34.023)	(3.828)	(34.023)	-	-	-	-	-
Passivo	-	-	4.729	6.905	Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Circulante	-	-	4.558	5.777	Resultado abrangente total do exercício	(3.828)	(34.023)	(3.828)	(34.023)	-	-	-	-	-
Fornecedores	-	-	4.459	-	Resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Professores, autores e coaching	-	-	4.301	5.007	Resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos a pagar	-	-	14.080	14.962	Resultado abrangente total do exercício	(3.828)	(34.023)	(3.828)	(34.023)	-	-	-	-	-
Obrigações com pessoal	-	-	1.179	1.136	Resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras contas a pagar	-	-	135.567	112.258	Resultado abrangente total do exercício	(3.828)	(34.023)	(3.828)	(34.023)	-	-	-	-	-
Receitas diferidas	-	-	168.873	146.046	Resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total do passivo circulante	-	-	57.374	59.799	Resultado abrangente total do exercício	(3.828)	(34.023)	(3.828)	(34.023)	-	-	-	-	-
Não circulante	-	-	-	-	Resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Obrigações por cotas de fundo de investimentos	-	-	10.143	15.911	Resultado abrangente total do exercício	(3.828)	(34.023)	(3.828)	(34.023)	-	-	-	-	-
Receitas diferidas	-	-	10.541	-	Resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	-	-	6.886	3.548	Resultado abrangente total do exercício	(3.828)	(34.023)	(3.828)	(34.023)	-	-	-	-	-
Investimento em controlada com passivo a descoberto	54.61	54.154	-	-	Resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participações a pagar	12	12	12	12	Resultado abrangente total do exercício	(3.828)	(34.023)	(3.828)	(34.023)	-	-	-	-	-
Outras contas a pagar	-	-	1.590	-	Resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total do passivo não circulante	54.626	54.166	86.546	79.270	Resultado abrangente total do exercício	(3.828)	(34.023)	(3.828)	(34.023)	-	-	-	-	-
Patrimônio líquido negativo	6.204	3.517	6.204	3.517	Resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Instrumentos patrimoniais outorgados	1.491	843	1.491	843	Resultado abrangente total do exercício	(3.828)	(34.023)	(3.828)	(34.023)	-	-	-	-	-
Reserva legal	40	40	40	40	Resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Prejuízos acumulados	(62.236)	(58.407)	(62.236)	(58.407)	Resultado abrangente total do exercício	(3.828)	(34.023)	(3.828)	(34.023)	-	-	-	-	-
Total do patrimônio líquido negativo	(54.501)	(54.008)	(54.501)	(54.008)	Resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total do passivo e de patrimônio líquido negativo	124	158	200.918	171.308	Resultado abrangente total do exercício	(3.828)	(34.023)	(3.828)	(34.023)	-	-	-	-	-

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

1. Contexto operacional: O Estratégia Educacional Participações S.A. (a "Companhia" ou "Estratégia Educacional") foi constituída em 19/07/2017, tendo como objetivo exclusivo a participação em outras Companhias que desenvolvam projetos na área educacional. Suas controladas possuem como principais operações a venda de livros digitais (exemplos: preparatórios para concursos públicos e vestibulares) e a prestação de serviços de orientação educacional, por meio de plataforma on-line. A Companhia está domiciliada no Brasil e sua sede está localizada em São Paulo, Estado de São Paulo. O Estratégia Educacional e suas controladas são chamadas a) **Situação econômica e financeira:** A Companhia apresentou, em 31/12/2022, patrimônio líquido negativo de R\$54.501 e capital circulante negativo de R\$31.765 devido, principalmente, ao registro da receita diferida, conforme o modelo de negócios da Companhia. A Administração da Companhia minimiza as eventuais necessidades de caixa de curto prazo, tomando todas as medidas possíveis para que sua saúde financeira fique intacta e para reforçar o seu caixa. Em 2021, efetuou uma captação de um FIDC junto ao mercado financeiro, no montante de R\$66.143, conforme divulgado em detalhes no item b) desta nota explicativa. Além disso, em março de 2022, concluiu a captação da Cédula de Crédito Bancário obtida junto ao banco ABC Brasil S.A., no montante de R\$15.000 para capital de giro, conforme divulgado na nota explicativa de nº 13. Também em 2022 a Companhia aumentou seu capital social mediante caixa, sendo assim, no segundo trimestre de 2022 voltou a gerar caixa positivo, visto que os principais investimentos realizados na transformação digital e no lançamento das novas verticais de negócios (cursos preparatórios para Vestibular e Residência Médica) foram desenvolvidos. b) **Cessão de direitos:** Em março de 2021, foi aprovada pela administração da Companhia, a estruturação do

de condomínio fechado e com prazo de duração indeterminado. O total do Patrimônio Líquido definido pela administração foi no valor de R\$66.143, alinhada com a estrutura de capital ótima da Companhia. O objetivo do FIDC é proporcionar aos Cotistas, a valorização de suas Cotas, no longo prazo, por meio de aplicação dos recursos do FIDC, preponderantemente, na aquisição dos Financiamentos, de acordo com os critérios estabelecidos em Regulamento. O FIDC adquirirá créditos originados das transações de pagamento via cartão de crédito das principais bandeiras de cartão (Visa, Master, Elo, AMEX e Hiper) por meio da plataforma de pagamentos do Estratégia, garantidos por cessão fiduciária das agendas de recebíveis futuros. O FIDC iniciou suas operações em setembro de 2021, com a emissão de 55.000.000 cotas com valor nominal unitário de R\$1,00 (um real), sendo 36.800.000 cotas seniores com rentabilidade teto de CDI + 5,00% da variação do DI, 13.200.000 cotas mezanino com rentabilidade teto de CDI + 7,00% da variação do DI e 5.000.000 cotas subordinadas juniores do Estratégia. As cotas seniores e mezanino ficaram divididas igualmente com 25.000.000 cotas cada, inscritas pelo Banco Itaú S.A. e ARX Investimentos LTDA. Em outubro de 2021, foi realizada uma nova emissão de 9.400.000 cotas seniores com rentabilidade de CDI + 5,00% da variação do DI, inscrita pelo Ibiuna Credit FIM CP e 1.600.000 cotas subordinadas juniores do Estratégia. A totalidade do valor das cotas seniores e mezanino correspondente ao principal investido será amortizada ao longo de 5 (cinco) anos, a partir de sua data da emissão com uma carência de 12 (doze) meses. A rentabilidade acrescida as cotas seniores e mezanino serão pagas mensalmente, a partir da data da emissão. **2. Apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e sumário das principais práticas contábeis:** **2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 (R1) e pronunciamento técnico CPC PME (R1), e estão apresentadas em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. São Paulo, 22/03/2023.

3. Caixa e equivalentes de caixa:	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e bancos	10	10	20	20
Aplicações financeiras	113	148	16.614	10.415
	123	158	16.634	10.435

A Companhia possui aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor, majoritariamente atreladas ao CDI ou SELIC, sendo parte significativa realizada a partir de fundos de investimentos de renda fixa, sob a administração e gestão de grandes instituições financeiras. O objetivo desses fundos visa remunerar as disponibilidades do Grupo Estratégia sem incorrer em instrumentos ou valores mobiliários de médio e alto risco, com taxa média de 91% do CDI (92,25% em 2021) e SELIC 11,73% a.a. (9,25% em 2021), podendo ser resgatada a qualquer momento, por solicitação da Companhia, sem mudança substancial de seus valores.

Diretoria:

Daniel dos Santos Arcos – CFO

Adriano Miguel – Contador CRC SP 1SP 223.002/O-5

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Conselho de Administração e Administradores da **Estratégia Educacional Participações S.A.** São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, do Estratégia Educacional que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, do Estratégia Educacional Participações S.A. em 31/12/2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 (R1)). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir ades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumpriamos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 (R1)) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração

das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles incumbidos pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou

representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. São Paulo, 22/03/2023.

Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda. CRC- SP-034519/O

Thaisa Maira Demartini Fré Contadora CRC-1SP253445/O-5

PGR pede condenação à prisão de Sergio Moro por dizer que Gilmar Mendes vende habeas corpus

A Procuradoria-Geral da República (PGR) denunciou e pediu a condenação à prisão nesta segunda-feira (17) do senador Sergio Moro (União Brasil-PR) por calúnia contra o ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF).

A informação da denúncia da PGR foi noticiada pelo jornal "Folha de S. Paulo" e confirmada pela CNN. O documento é assinado pela vice-procuradora-geral da República, Lindôra Maria

Araujo, e se baseia em vídeo em que Moro aparece falando em "comprar habeas corpus" de Gilmar Mendes.

O procedimento foi apresentado após a PGR receber uma representação de Mendes, em 14 de abril.

"Em data, hora e local incertos, o denunciado Sergio Fernando Moro, com livre vontade e consciência, caluniou o Ministro do Supremo Tribunal Federal Gilmar Ferreira Mendes, imputando-lhe falsamente o crime de corrupção passiva, previsto no

artigo 317 do Código Penal, ao afumar que a vítima solicitou ou recebe, em razão de sua função pública, vantagem indevida para conceder habeas corpus, ou aceita promessa de tal vantagem", disse Lindôra.

Para a vice-PGR, Moro "agiu com a nítida intenção de macular a imagem e a honra objetiva do ofendido, tentando descredibilizar a sua atuação como magistrado da mais alta Corte do País".

No vídeo em questão, que repercutiu nas redes sociais na semana passada, Moro é

visto em uma aparente festa, ao ar livre, quando alguém ao fundo diz: "Está subornando o velho."

O ex-ministro da Justiça responde, enquanto pega um copo: "Não, isso é fiança... instituto. Pra comprar um habeas corpus do Gilmar Mendes."

Quando o vídeo veio à tona, a assessoria do ex-juiz afirmou que "a fala foi retirada de contexto, tanto que [foi] divulgado só um fragmento, e não contém nenhuma acusação contra ninguém".

CNN

Sagrado Rede de Educação PBSCJ Província Brasileira Sagrado Coração de Jesus

CNPJ/MF nº 17.366.932/0001-55 – Rua Tucuna, 799 – CEP 05021-010 – São Paulo

Sagrado Rede de Educação PBSCJ Província Brasileira Sagrado Coração de Jesus, entidade de direito privado, do tipo associação, de natureza beneficente, de caráter religioso, educacional e cultural, sem fins econômicos, com atividade preponderante na área da Educação, rege-se pelo presente Estatuto, pelas disposições legais e subsidiariamente pelo Código de Direito Canônico, por suas Constituições Religiosas, pelo Diretório Geral e demais normas próprias e inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ) sob o nº 17.366.932/0001-55, com sede na Rua Tucuna, nº 799 – CEP.05021-010 – São Paulo/SP, com atividade preponderante na área de Educação. A Entidade Beneficente goza da imunidade tributária prevista na Constituição Federal no que se refere ao seu patrimônio, renda, serviços e contribuições sociais para o desenvolvimento de seus objetivos estatutários, atendendo aos requisitos legais que asseguram esta imunidade, estando sujeita à inspeção e aceitação pelas autoridades competentes por períodos variáveis de tempo.

Relatório da Administração

Prezadas Associadas: 'Submetemos a apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial, as Demonstrações Contábeis e as Notas Explicativas do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, com o Relatório (Parecer) do Auditor Independente, demonstrando os fatos relevantes do período. A Diretoria permanece à sua disposição para quaisquer informações que julgarem necessárias. São Paulo, 31 de dezembro de 2022.

À Diretoria

Balanço Patrimonial dos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais)

Ativo	NE	2022			2021			Passivo	NE	2022			2021		
		Mantenedora	Educacional	Mercantil	2022	2021	Mantenedora			Educacional	Mercantil	2022	2021		
Circulante		1.520.055,65	26.104.171,74	1.430.109,79	29.054.337,18	22.362.237,69	Circulante		21.561.886,79	14.739.302,26	503.778,77	36.804.967,82	25.716.149,15		
Caixa e equivalentes de caixa	5B	1.179.966,69	17.350.756,53	522.048,55	19.052.771,77	14.468.982,07	Fornecedores		43.611,37	2.121.517,41	394.143,90	2.559.272,68	1.052.589,35		
Caixa		3.443,86	77.449,70	4.827,27	85.720,83	138.660,99	Obrigações Trabalhistas		123.439,17	2.735.563,51	21.546,79	2.880.549,47	2.635.131,11		
Bancos Conta Movimento		3.715,61	308,73	327,10	4.351,44	20.685,30	Obrigações Fiscais e Sociais à Recolher		222.239,26	2.378.688,88	19.479,89	2.620.408,03	1.952.179,22		
Aplicação Financeira – Liquidez Imediata	5C	35.765,83	247.814,64	22.396,76	305.977,23	429.435,64	Obrigações Tributárias à Recolher		48.663,26	927.105,52	18.313,69	994.082,47	775.250,51		
Aplicação Financeira – Prazo Fixo	5D	1.137.041,39	17.025.183,46	494.497,42	18.656.722,27	13.880.200,14	Provisões Sociais e Trabalhistas		282.974,02	3.300.593,80	31.566,20	3.615.134,02	3.222.384,13		
Clientes e outros recebíveis		59.417,09	6.776.445,83	159.157,50	6.995.020,42	6.304.839,07	Aluguéis a Pagar		20.668.668,77	–	–	20.668.668,77	12.528.481,90		
Anuidades à Receber	5E	131.886,42	4.863.455,44	–	4.995.341,86	4.387.444,97	Outras Obrigações à Pagar		60.957,62	105.129,64	304,78	166.392,04	154.432,50		
(-) Estimativa p/ Créditos de Liquidação Duvidosa	5H	(85.476,19)	(1.567.233,19)	–	(1.652.709,38)	(787.820,49)	Receitas Antecipadas		111.333,32	3.170.703,50	18.423,52	3.300.460,34	3.395.700,43		
Títulos à Receber	5E	11.924,48	3.441.328,25	159.157,50	3.612.410,23	2.690.097,80	Não – Circulante		334.000,00	979.573,35	18.000,00	1.331.573,35	1.478.484,74		
Outros Títulos à Receber	5E	1.082,38	38.895,33	–	39.977,71	15.116,79	Provisão para Contingências	7	–	3.000,00	–	3.000,00	–		
Outros ativos circulantes		280.671,87	1.913.569,86	8.428,17	2.202.669,90	1.540.479,60	Receitas Antecipadas		334.000,00	–	–	334.000,00	501.000,00		
Despesas Antecipadas		81.095,21	771.934,41	1.437,36	854.466,98	534.632,41	Bens em Comodato		–	976.573,35	18.000,00	994.573,35	977.484,74		
Adiantamentos		99.591,14	1.126.130,05	6.741,61	1.232.462,80	898.511,57	Patrimônio Líquido	8	(19.838.176,33)	19.117.806,58	935.961,92	215.592,17	1.013.276,45		
Outros Valores à Receber		–	8.662,79	249,20	8.911,99	1.531,52	Patrimônio Social		(13.859.521,59)	14.183.975,95	688.822,09	1.013.276,45	6.742.893,31		
Impostos à Recuperar		99.985,52	6.842,61	–	106.828,13	105.804,10	Déficit/Superávit dos Exercícios	9	(5.978.654,74)	4.933.830,63	247.139,83	(797.684,28)	(5.729.616,86)		
Estoques	5F	–	63.399,52	740.475,57	803.875,09	47.936,95	Total do Passivo e Patrimônio Líquido		2.057.710,46	34.836.682,19	1.457.740,69	38.352.133,34	28.207.910,34		
Produtos e Materiais Diversos		–	63.399,52	740.475,57	803.875,09	47.936,95	<i>As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis</i>								
Não – circulante		537.654,81	8.732.510,45	27.630,90	9.297.796,16	5.845.672,65									
Realizável a longo prazo		3.327,58	2.000,00	–	5.327,58	5.875,65									
Depósitos Judiciais		3.327,58	2.000,00	–	5.327,58	5.875,65									
Imobilizado	6	309.410,37	7.745.300,18	9.630,90	8.064.341,45	4.558.914,30									
Bens em Uso		932.500,96	8.352.755,85	10.211,31	9.295.468,12	5.367.611,67									
(-) Depreciação Acumulada		(623.090,59)	(607.455,67)	(580,41)	(1.231.126,67)	(808.697,37)									
Intangível	6	224.916,86	8.636,92	–	233.553,78	303.397,96									
Softwares		422.984,58	11.430,01	–	434.414,59	420.694,58									
(-) Amortização Acumulada		(198.067,72)	(2.793,09)	–	(200.860,81)	(117.296,62)									
Bens em comodato		–	976.573,35	18.000,00	994.573,35	977.484,74									
Bens em Comodato		–	976.573,35	18.000,00	994.573,35	977.484,74									
Total do ativo		2.057.710,46	34.836.682,19	1.457.740,69	38.352.133,34	28.207.910,34									

Demonstração do Resultado do Período dos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais)

Operações em continuidade	NE	2022			2021		
		Mantenedora	Educacional	Mercantil	2022	2021	
Receitas		982.814,79	119.028.785,52	2.589.179,69	122.600.780,00	111.682.785,99	
Receitas Escolares – Educação Básica		–	133.447.735,39	–	133.447.735,39	130.029.040,48	
(-) Bolsas Filantrópicas Integrais – Educação Básica		–	(12.350.326,94)	–	(12.350.326,94)	(12.893.390,01)	
(-) Bolsas Filantrópicas Parciais – Educação Básica		–	(4.149.446,11)	–	(4.149.446,11)	(4.807.221,67)	
(-) Bolsas Filantrópicas – Alunos com Deficiência		–	(34.503,70)	–	(34.503,70)	(100.973,34)	
(-) Assistência Educacional Funcional – Educação Básica		–	(8.839.279,30)	–	(8.839.279,30)	(8.475.295,86)	
(-) Assistência Educacional Integrais – Educação Básica		–	(961.843,29)	–	(961.843,29)	(2.996.807,29)	
(-) Assistência Educacional Parciais – Educação Básica		–	(16.970.390,13)	–	(16.970.390,13)	(15.711.071,34)	
(-) Devoluções e Cancelamentos – Educação Básica		–	(50.356,24)	–	(50.356,24)	(89.435,46)	
(-) Descontos e Abatimentos – Educação Básica		–	(69.149,48)	–	(69.149,48)	(61.533,60)	
Receitas de anuidades escolares – Educação Básica		–	90.022.440,20	–	90.022.440,20	84.893.311,91	
Outras Receitas Escolares		–	5.006.954,39	–	5.006.954,39	1.933.229,21	
Receitas com Vendas da Cantina/Loja		–	–	2.430.318,91	2.430.318,91	628.614,26	
Receitas com Restrições	5Q	–	–	–	–	375,02	
Receitas Patrimoniais (Aluguéis)		–	715.391,76	–	715.391,76	276.586,53	
Receitas com Doações e Promoções		309.043,16	1.474.456,06	1.068,13	1.784.567,35	800.070,07	
Receita com Venda Patrimonial		–	–	–	–	–	
Receita com Imunidade Usufruída	11	411.549,58	13.562.598,20	148.910,24	14.123.058,02	13.197.704,60	
Outras Receitas	5T	207.455,49	867.364,67	8.882,41	1.083.702,57	981.423,43	
Trabalho Voluntário	10	54.766,56	7.379.580,24	–	7.434.346,80	8.971.470,96	
(-) Custo dos Serviços Prestados – Educação Básica		–	(61.748.309,56)	–	(61.748.309,56)	(58.656.640,15)	
(-) Custo das Mercadorias Vendidas e Deduções		–	–	(1.307.466,67)	(1.307.466,67)	(297.176,18)	
Resultado Bruto		982.814,79	57.280.475,96	1.281.713,02	59.545.003,77	52.728.969,66	
Despesas Administrativas		(698.566,56)	(6.252.197,86)	(76.495,92)	(7.027.260,34)	(5.597.959,08)	
Despesas com Aluguéis		–	(13.848.000,00)	–	(13.848.000,00)	(16.951.639,05)	
Despesas com Pessoal		(2.662.622,81)	(15.536.536,19)	(802.776,24)	(19.001.935,24)	(16.553.760,05)	
Despesas de Manutenção		(2.165.046,63)	(5.038.018,60)	(42.013,87)	(7.245.079,10)	(5.807.409,03)	
Despesas Tributárias e Contribuições		(32.230,90)	(64.332,93)	(5.682,42)	(102.246,25)	(162.106,05)	
Despesas com Ensino		–	(3.156.052,43)	–	(3.156.052,43)	(1.594.971,10)	
Despesas Adicionais Terceirizados		(1.276.430,08)	(2.623.483,38)	(106.094,21)	(4.006.007,67)	(2.831.182,93)	
Despesas Provisão para Contingências		–	(3.000,00)	–	(3.000,00)	(71.427,86)	
Despesas com Depreciação/Amortização	6	(133.704,61)	(371.708,47)	(580,41)	(505.993,49)	(290.397,08)	
Despesas com Estimativa para Crédito de Liquidação Duvidosa	5H	(50.461,39)	(814.427,50)	–	(864.888,89)	(459.985,86)	
Despesa com Venda/Baixa Patrimonial		–	–	–	–	(1.923,66)	
Perdas e Danos		(41,01)	(53.584,14)	(12.180,14)	(65.805,29)	(52.719,44)	
Trabalho Voluntário	10	(54.766,56)	(7.379.580,24)	–	(7.434.346,80)	(8.971.470,96)	
Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras		(6.091.055,76)	2.139.554,22	235.889,81	(3.715.611,73)	(6.617.982,49)	
Receitas Financeiras		118.783,29	3.195.680,76	46.703,11	3.361.167,16	1.420.970,02	
Despesas Financeiras		(6.382,27)	(401.404,35)	(35.453,09)	(443.239,71)	(532.604,39)	
Déficit/Superávit dos Exercícios	9	(5.978.654,74)	4.933.830,63	247.139,83	(797.684,28)	(5.729.616,86)	

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido dos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais)

Contas / Especificações	2021		2022	
	Patrimônio Social	Déficit/Superávit do Exercício	Patrimônio Líquido	2022
Saldo em 31 de dezembro de 2020	401.057,79	6.341.835,52	6.742.893,31	–
Incorporação do Superávit	6.341.835,52	(6.341.835,52)	–	–
Déficit do Exercício	–	(5.729.616,86)	(5.729.616,86)	–
Saldo em 31 de dezembro de 2021	6.742.893,31	(5.729.616,86)	1.013.276,45	–
Incorporação do Déficit	(5.729.616,86)	5.729.616,86	–	–
Déficit do Exercício	–	(797.684,28)	(797.684,28)	–
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.013.276,45	(797.684,28)	215.592,17	–

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2022 (Valores Expressos em R\$)

1. Contexto operacional – A Sagrado Rede de Educação, PBSCJ – Província Brasileira Sagrado Coração de Jesus, anteriormente denominada Sagrado Rede de Educação, é uma entidade de direito privado, do tipo associação, de natureza beneficente, de caráter religioso, educacional e cultural, sem fins econômicos e lucrativos, com atividade preponderante na área da Educação, rege-se pelo presente Estatuto, pelas disposições legais e subsidiariamente pelo Código de Direito Canônico, por suas Constituições Religiosas, pelo Diretório Geral e demais normas próprias e inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ) sob o nº 17.366.932/0001-55, com sede na Rua Tucuna, nº 799 – CEP.05021-010 – São Paulo-SP. A Sagrado Rede de Educação, PBSCJ – Província Brasileira Sagrado Coração de Jesus na condição de Entidade Beneficente, goza da imunidade tributária, prevista na Constituição Federal, no que se refere ao seu patrimônio, renda,

Publicidade Legal

... continuação

Sagrado Rede de Educação PBSCJ Província Brasileira Sagrado Coração de Jesus

postas por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiem ou compõem a escrituração contábil. A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica contábil ou aceitas pelos "usos e costumes". A entidade mantém em boa ordem a documentação contábil. **5. Principais práticas contábeis – a) Ajuste do resultado:** O resultado foi apurado segundo o Regime de Competência. As receitas e as despesas são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e assim possam ser confiavelmente mensurados. Os rendimentos e encargos incidentes sobre os Ativos e Passivos e suas realizações estão reconhecidas no resultado; **b) Caixa e equivalentes de caixa:** Conforme determina a Resolução do CFC nº 1.296/2010 (NBC-TG 03 (R3)) – Demonstração dos Fluxos de Caixa e Resolução do CFC nº 1.376/2011 (NBC TG 26 (R5)) – Apresentação das Demonstrações Contábeis. Estes incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras de liquidez imediata que apresentam risco insignificante de mudança de valor, normalmente com vencimento em prazo menor que 90 dias (curto prazo), ou quando maior, seja destinada a atender compromissos de caixa de curto prazo; **c) Aplicações de Liquidez Imediata:** As aplicações financeiras estão demonstradas pelos valores originais aplicados, acrescidos dos rendimentos pró-rata até a data do balanço; **d) Aplicações financeiras:** foram registradas ao custo, acrescido dos rendimentos correspondentes, por meio do resultado, auferidos até a data do Balanço, que não superam o valor de mercado, de acordo com taxas pactuadas com as instituições financeiras; **e) Anuidades, títulos e direitos a receber:** Foram registradas pelo valor contratado reduzidos pelas gratuidades e descontos concedidos; **f) Estoques Resolução CFC Nº 1.170/2009 (NBC TG 16 (R2)):** Os estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado e referem-se aos produtos e materiais de consumo e revenda até a data do Balanço. **g) Demais ativos circulantes e não circulantes:** Os demais ativos circulantes e não circulantes são apresentados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicáveis, os rendimentos auferidos e, quando necessário, reduzidos mediante provisão aos seus valores prováveis de realização; **h) Estimativa p/ Crédito de Liquidação Duvidosa (ECLD):** Esta estimativa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos. Esta estimativa foi calculada seguindo os critérios estabelecidos pela Entidade, ou seja, com base nos prejuízos reais ocorridos, em anos anteriores e assim atendendo a Resolução CFC nº 1.409/12 (ITG 2002 (R1)) em seu item 14; **i) Imobilizado:** Os ativos imobilizados são registrados pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação calculada pelo método linear com base nas taxas mencionadas na Nota 6 e leva em consideração vida útil e utilização dos bens conforme Resolução CFC nº 1.177/2009 (NBC – TG 27 (R4)). Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido; **j) Obras em Andamento:** As construções em andamento são constituídas pelo custo do projeto, mão de obra e aquisições de materiais. Deverá demonstrar o custo do projeto, da mão de obra e dos materiais; **k) Intangível:** avaliado pelo custo de aquisição, sendo efetuada a amortização pelo método linear; **l) Passivos circulantes e não circulantes:** Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do Balanço Patrimonial. Quando aplicável, os passivos circulantes e não circulantes são registrados com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação; **m) Provisões:** Uma provisão é reconhecida em decorrência de um evento passado que originou um passivo, sendo provável que um recurso econômico possa ser requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas quando julgadas prováveis e com base nas melhores estimativas do risco envolvido; **n) Apropriação de Férias e Encargos:** Foram apropriados com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço; **o) Apropriação de 13º Salário e Encargos:** Foram apropriados com base nos direitos adquiridos pelos empregados e baixados conforme o pagamento até a data do balanço; **p) Imunidades:** A Entidade é imune da contribuição patronal devida ao INSS sobre a folha de pagamento e sobre serviços tomados de autônomos. As respectivas contribuições dos valores que seriam devidos são registradas em contas específicas de despesa, tendo como contrapartida o reconhecimento de um passivo. Depois de atendidos os requisitos da Lei Complementar nº 187/2021 o reconhecimento da imunidade usufruída é registrado baixando-se o passivo em contrapartida ao grupo de receita com imunidade usufruída; **q) Convênios e Parcerias:** Os recursos recebidos foram reconhecidos no passivo, sendo registrado como receita em função do cumprimento das obrigações por parte da Entidade ao longo do exercício, em confronto com as correspondentes despesas incorridas nos projetos, atendendo às disposições da Resolução CFC nº 1.305/10 NBC TG 07 (R2) – Subvenções e Assistências Governamentais e Resolução CFC nº 1.409/12, ITG 2002 (R1) Entidades sem Finalidade de Lucros. **r) Segregação de Atividades:** As contas de receitas e despesas, com e sem gratuidade, superávit ou déficit, são reconhecidas e apresentadas de forma segregada, identificáveis por tipo de atividade, tais como, Educacional, Mercantil e Mantenedora; **s) Gratuidades:** O benefício concedido como gratuidade educacional, na concessão de bolsas integrais e parciais conforme Lei Complementar 187/2021, por meio da prestação de serviços educacionais foi reconhecido pelo valor efetivamente praticado, em conformidade com a Resolução CFC nº 1.409/12, ITG 2002 (R1) Entidades sem Fins de Lucros. **t) Outras Receitas:** Reversão de provisões e recuperação de despesas. **6. Imobilizado e Intangível –** Os ativos Imobilizados e Intangíveis são contabilizados pelo custo de aquisição ou construção, deduzidos da depreciação do período, originando o valor líquido contábil. O valor de recuperação dos bens e direitos do imobilizado e intangível são periodicamente avaliados para que se possa efetuar o registro de perdas potenciais ou uma revisão dos critérios das taxas de depreciação na finalidade de atender a Lei nº 11.638/2007, Resolução do CFC nº 1.177/2009 (NBC TG 27 (R4)) e Resolução do CFC nº 1.303/2010 (NBC TG 04 (R4)).

	2022	Adição	Baixa	Depre/Amort	2021
Imobilizado	8.064.341,45	3.936.480,05	(8.623,60)	(422.429,30)	4.558.914,30
Móveis	706.025,29	310.828,61	–	(66.558,73)	461.755,41
Utensílios	58.277,05	13.876,37	–	(8.495,59)	52.896,27
Máquinas e Equipamentos	902.798,20	517.530,91	(8.623,60)	(74.708,29)	468.599,18
Computadores e Periféricos	746.407,99	483.242,95	–	(119.900,64)	383.065,68
Material Didático e Áudio Visual	71.618,94	70.720,26	–	(3.408,51)	4.307,19
Instalações	116.150,89	54.046,00	–	(10.786,09)	72.890,98
Instrumentos Musicais	16.890,55	18.595,00	–	(1.704,45)	–
Equip. de Estúdio/Televisão/Rádio	45.600,49	–	–	(5.114,04)	50.714,53
Beneficentários em Imóveis de Terceiros	4.310.045,21	1.928.755,06	–	(131.752,96)	2.513.043,11
Construção em Processo	1.090.526,84	538.884,89	–	–	551.641,95
Intangível	233.553,78	13.720,01	–	(83.564,19)	303.397,96
Direito de uso de software	233.553,78	13.720,01	–	(83.564,19)	303.397,96
Total do Imobilizado + Intangível	8.297.895,23	3.950.200,06	(8.623,60)	(505.993,49)	4.862.312,26

7. Provisão Passivos e Ativos Contingentes – Resolução CFC nº 1.180/2009 NBC TG 25 (R2). Em atendimento a Resolução CFC nº 1.180/09, e respaldado por documento recebido da Assessoria Jurídica, foram registrados contabilmente os processos administrativos e judiciais (danos, trabalhistas e tributários).

	2022	2021
Provisão Passivos Contingentes	3.000,00	–
Contingências Civil	3.000,00	–

8. Patrimônio Líquido – O patrimônio líquido é apresentado em valores atualizados e compreende o Patrimônio Social, acrescido do resultado do período ocorrido. **9. Resultado do Período – O Déficit** do exercício de 2022 será incorporado ao Patrimônio Social em conformidade com as exigências legais, estatutárias e a Resolução CFC nº 1.409/2012 que aprovou a ITG 2002 (R1) em especial o item 15, onde se trata que o valor do superávit ou déficit deve ser incorporado ao Patrimônio Social. O superávit, ou parte de que tenha restrição para aplicação, deve ser reconhecido em conta específica do Patrimônio Líquido. **10. Trabalho Voluntário –** Conforme Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 (R1) item 19, a Entidade reconhece pelo valor justo a prestação do serviço não remunerado do voluntário, que é composto essencialmente por pessoas que dedicam o seu tempo e talento com importante participação em várias ações realizadas pelas Entidades. A Entidade reconheceu em sua contabilidade, no período de janeiro a dezembro de 2022, os serviços dos membros de sua diretoria como trabalho voluntário.

	2022	2021
Descrição	7.434.346,80	8.971.400,96
Trabalho Voluntário	7.434.346,80	8.971.400,96

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo-SP, 31 de março de 2023.

Audisa Auditores Associados – CRC/SP 2SP 024.298/O-3
Alexandre Chiaratti do Nascimento – Contador
 CRC/SP 187.003/O-0 – CNAI-SP – 1620

Ir. Márcia Cidreira – Presidente
 CPF 088.707.678-50
Prof. Dra. Ir. Adeli Weber – Ecônoma
 CPF 718.663.709-44
Marcelo de Souza – Contador CRC SP 1SP 223.615/O-0
 CPF 195.927.458-97

Opinião sobre as demonstrações contábeis: Examinamos as demonstrações contábeis da **Sagrado Rede de Educação PBSCJ – Província Brasileira Sagrado Coração de Jesus** que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2022, e as respectivas demonstrações do resultado do período, das mutações do patrimônio líquido, e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Entidade, em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros Assuntos: Demonstração do valor adicionado:** A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da administração da Entidade, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Entidade. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado: Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes,

CAS Tecnologia S.A.
 CNPJ nº 00.958.378/0001-00
Convocação - Assembleia Geral Ordinária em 28/04/2023
 Ficam convocados os srs. acionistas para uma assembleia geral ordinária a realizar-se no dia 28/04/2023, às 16:00h, na sede social em São Paulo, SP, à Rua Dias Leme, 130, para tratar da seguinte ordem do dia: a) Aprovação das Demonstrações Contábeis do exercício de 2022 e b) Distribuição de dividendos. São Paulo, 18/19/20 de abril de 2023 (aa) Welson Reqis Jacometti, Diretor Presidente. (18, 19 e 20/04/23)

Allure Capital Agentes Autônomos de Investimentos Ltda.
 CNPJ/MF nº 24.736.067/0001-57
Edital de Convocação de Assembleia Geral Extraordinária
 Ficam os sócios da **Allure Capital Agentes Autônomos de Investimentos Ltda.**, nos termos do artigo. 1.071 e seguintes do Código Civil, convocados a se reunirem na Assembleia Geral Extraordinária, a realizar-se em 02 de maio de 2023, às 10:00 horas, em primeira convocação, e às 11:00 horas, em segunda convocação, na sede social e virtualmente, instalando-se com a presença, em primeira convocação, de sócios titulares de no mínimo 3/4 (três quartos) do capital social da Sociedade e, em segunda convocação, com qualquer número, a fim de deliberarem sobre a exclusão, por justa causa, do sócio **Alexandre Augusto Sambo** nos termos do caput do art. 1.085 do Código Civil. São Paulo/SP, 18 de abril de 2023. **Claudemir Martins – Administrador** (18, 19 e 20/04/2023)

comercial@datamercantil.com.br

Petróleo recua 2%, com dólar forte no exterior e de olho em sinais de demanda

Os contratos futuros do petróleo recuaram 2% nesta segunda-feira, devolvendo parte dos ganhos da semana

passada, pressionado pelo dólar forte no exterior. Investidores de energia também estão monitorando sinais de demanda e aguardando dados da China – em especial, o Produto Interno Bruto (PIB) – que serão publicados nesta noite. O petróleo WTI para maio fechou com perda de 2,05% (US\$ 1,69), a US\$ 80,83 por barril, na New York Mercantile Exchange (Nymex), e o Brent para junho recuou 1,79% (US\$ 1,55), a US\$ 84,76 por barril,

na Intercontinental Exchange (ICE). O óleo iniciou a sessão oscilando próximo à estabilidade, contudo firmou queda ao longo da manhã. As perdas foram acentuadas com o fortalecimento do dólar no exterior e a piora do sentimento de risco em Nova York, após dados dos EUA indicarem melhora acima das expectativas nas condições da manufatura e incentivarem apostas por aperto monetário do Federal Reserve (Fed).

IstoÉDinheiro

Adonai Química S.A.

CNPJ/MF nº 02.703.755/0001-88

Relatório da Diretoria

Senhores Acionistas: A Administração da Adonai Química S.A., em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação dos acionistas o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações financeiras, acompanhada do parecer dos Auditores Independentes, correspondentes aos exercícios findos em 31/12/2022 e de 2021, elaboradas de acordo com as práticas adotadas no Brasil. Nesta oportunidade a Presidência da Diretoria e a Administração da Adonai Química S.A. expressam os agradecimentos a todos aqueles que de alguma forma contribuíram à Companhia, possibilitando assim o sucesso da Adonai no mercado nacional e em especial reconhecemos as contribuições e confiança de nossos participantes, nossos acionistas, nossos clientes, nossos fornecedores, nossos parceiros, nossos funcionários e nossos colaboradores pelo empenho e dedicação, e em especial a Autoridade portuária Companhia Docas do Estado de São Paulo – CODESP.

São Paulo, 28 de março de 2023.
A Diretoria.

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)

Balancos Patrimoniais		Demonstrações do Resultado		Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido										
Ativo	2022	2021	2022	2021	Capital	Reserva	Lucros e							
		Reapre-			sub-	Espe-	prejuízos							
		sentado			crita	cial	acumulados							
					lizar	de	Total							
						Lucros								
Circulante	10.458	29.504	Receita operacional líquida	89.611	68.637	Saldos em 31 de dezembro de 2020	150.000	1.399	148.601	979	8.097	14.682	14.682	
Caixa e equivalentes de caixa	2.094	20.905	(-) Custo de prestação de serviços	(40.176)	(38.460)	Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	
Clientes	6.594	5.114	(=) Lucro bruto	49.435	30.177	Absorção de prejuízos	-	-	734	1.046	12.902	(14.682)	14.682	
Estoque	192	-	(+/-) Despesas e receitas operacionais:	22.999	(15.664)	Constituição de reservas	-	-	-	-	(3.487)	-	(3.487)	
Tributos a recuperar	73	1.233	Despesas administrativas e comerciais	(22.999)	(15.664)	Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	-	
Outros créditos	379	1.083	Outras receitas/(despesas) operacionais	143	7.894	Saldos em 31 de dezembro de 2021	150.000	(1.399)	148.601	1.713	1.946	17.512	-169.772	
Despesas antecipadas	1.125	1.169	Resultado financeiro	26.580	22.407	Integralização de capital social	-	-	1.399	1.399	-	-	-	
Não circulante	302.409	222.002	Despesas financeiras	(14.011)	(4.198)	Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	9.111	-	9.111	
Partes relacionadas	24.055	28.242	Receitas financeiras	2.329	1.739	Constituição de reservas	-	-	456	649	(1.105)	-	-	
Depósitos judiciais	2.117	1.376	Variações cambiais líquidas	(128)	3	Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(2.164)	-	(2.164)	
Impostos diferidos	-	313	(-) Resultado antes das provisões tributárias	14.770	19.951	Saldos em 31 de dezembro de 2022	150.000	-150.000	2.169	2.595	23.354	-178.118	-178.118	
Imobilizado	2.465	1.159	Imposto de Renda e Contribuição Social corrente	(5.346)	(3.672)	Das atividades operacionais	2022	2021	Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(5.346)	(3.672)	
Intangível	273.772	190.912	Imposto de Renda e Contribuição Social diferido	(313)	(1.597)	Resultado líquido antes das provisões tributárias	14.770	19.950	Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	56.058	21.388	Fluxo de caixa das atividades de investimento	98.698	
Total do ativo	312.867	251.506	(=) Lucro líquido do exercício	9.111	14.682	Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:			Fluxo de caixa das atividades de investimento			Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Passivo e patrimônio líquido	63.285	29.901	Lucro por ação	0,006074	0,009788	Depreciações e amortizações	10.034	9.504	Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(98.698)	(17.244)	Fluxo de caixa das atividades de financiamento	(10.242)	
Circulante	23.307	12.596	Demonstrações do Resultado Abrangente	2022	2021	Resultado na venda ou baixa de ativos imobilizados e intangíveis	1	4	Amortização de empréstimos e financiamentos	(20.558)	(6.297)	Ingressos de empréstimos e financiamentos	39.990	1.412
Empréstimos e financiamentos	21.942	4.500	Lucro líquido do exercício	9.111	14.682	Juros e variações monetárias líquidas s/mútuos	(445)	(170)	Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	19.432	(4.885)	Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	20.905	31.147
Fornecedores	2.089	1.657	Outros resultados abrangentes	-	-	Juros e variações monetárias e cambiais líquidas	10.335	3.131	Integralização de Capital	1.399	-	Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	2.094	20.905
Obrigações trabalhistas	3.584	2.943	Total de resultados abrangentes do exercício	9.111	14.682	Provisão/(estorno) para demandas judiciais	(698)	(5.867)	Mútuos concedidos ou pagos	(8.299)	-	Distribuição de dividendos	(1.636)	(1.407)
Obrigações tributárias	5.138	1.463	data de assinatura do contrato de arrendamento. Em 21 de maio de 2007, a Companhia assinou o quinto instrumento de retificação, ratificação e aditamento do Contrato de Arrendamento nº PRES/003.98, celebrado em 05 de fevereiro de 1998, nos termos do deliberado em reunião ordinária do SPA nº 1234 realizada em 24 de maio de 2006. Em julho de 2018, foi iniciada a construção da Bacia VII para ampliação do Terminal da Adonai em 16.900,00 m ³ - distribuídos em 08 tanques. A atual ampliação contempla, também, a construção de 2 dutos portuários, em Aço Inoxidável AISI-316L, com diâmetro de 8" (oitto polegadas), ligando a Casa de Bombas da Bacia VII do Terminal ao Cais de Granéis Líquidos da Ilha Barnabé - Cais Bocaina e Cais São Paulo. Em 07 de dezembro de 2018, a Companhia assinou o sexto termo aditivo ao Contrato de Arrendamento do PRES/003.98, celebrado em 05 de fevereiro de 1998, passando a nova vigência do contrato de arrendamento até 10 de junho de 2043. Em 08 de novembro de 2019, foi obtido o alfandegamento da Bacia VII, conforme Ato Declaratório Executivo nº 59, expedido pelo superintendente regional da Receita Federal do Brasil na 8ª região fiscal, publicado no DOU em 22 de novembro de 2019. A Companhia considerando ainda o seu plano de investimentos aprovados, e necessários à ampliação da capacidade estática de armazenagem e modernização das estruturas físicas do Terminal iniciou em fevereiro de 2021 a construção da Bacia VIII considerando a instalação de 5 novos tanques. A atual ampliação prevê, também, a construção de 2 Dutos Portuários, em Aço Inoxidável AISI-316L, com diâmetro de 8" (oitto polegadas), ligando a Casa de Bombas da Bacia VIII do Terminal ao Cais de Granéis Líquidos da Ilha Barnabé - Cais Bocaina e Cais São Paulo. Em 13 de agosto de 2021, a companhia assinou o sétimo termo aditivo ao Contrato de Arrendamento nº PRES/003.98, celebrado em 05 de fevereiro de 1998, alterando o índice de correção contratual de IGPM para IPCA. Em novembro de 2022 foi concluída a construção da Bacia VIII a qual amplia a capacidade estática de armazenagem do											

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Individuais

1. Contexto operacional - A Adonai Química S/A ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado e tem sua sede e foro na Cidade e Estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho, nº 1306, 8º andar, sala 85, Vila Olímpia, CEP 04547-005 e filiais na Cidade de Santos, Terminal Adonai, Ilha do Barnabé e na Rua Alexandre de Gusmão, 11 sala 612. A Companhia foi constituída em 29 de junho de 1998, com propósito específico para os fins e efeitos de Concorrência nº 27/97 Proaps na 24, celebrado pela Santos Port Authority (SPA), mediante contrato de arrendamento regendo a exploração de instalação portuária, com utilização de área sob a administração da Codesp, localizada na Ilha do Barnabé, na margem esquerda do Porto Organizado de Santos, constituída pela bacia do antigo tanque KE-4 (demolido), pelos tanques KE-1, KE-2, KE-3, KE-5, KE-6, BE-2, respectivamente bacias de contenção e áreas adjacentes, envolvendo investimentos da arrendatária necessários à reforma, construção e operação na área de instalações portuária, para movimentação de granéis líquidos inflamáveis ou não. A Companhia detém o arrendamento para exploração de instalação portuária, quais sejam docas, cais, pontes e piers de atracação e acostagem, terrenos, edificações e vias de circulação interna, assim como infraestrutura de acesso aquaviário ao Porto, margem do rio e adjacências, canais de evolução e áreas de fundo de mantidas pela SPA. O prazo de arrendamento era de 20 (vinte) anos, renovável uma única vez, por igual período de tempo, conferindo o direito de operar o terminal contado a partir da

terminal em mais 16.218,014 m³, distribuídos nos 5 novos tanques, incluindo também nesta data a conclusão das demais instalações de infraestrutura previstas para o funcionamento desta nova instalação. Em 14 de dezembro 2022, foi obtido o alfandegamento da Bacia VII, conforme Ato Declaratório Executivo nº SRRF08 60, expedido pelo superintendente regional da Receita Federal do Brasil na 8ª região fiscal, publicado no DOU em 14 de Dezembro de 2022. Atualmente a Companhia conta com uma capacidade operacional instalada de 109.115,51m³, distribuídos em 77 (setenta e sete) tanques para armazenagem, estocagem e movimentação de uma variedade de produtos líquidos inflamáveis, derivados de petróleo de classes I a III, e químicos classificados como A-1, incluindo derivados de petróleo, combustíveis, mistura óleo diesel, biodiesel, álcool, produtos químicos e semelhantes

como etanol, soda cáustica, óleos vegetais e minerais, entre outros. **2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis - Declaração de conformidade e aprovação das demonstrações contábeis:** As demonstrações contábeis da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria da Sociedade em 28 de março de 2023, considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data que tiveram efeito sobre as divulgações das referidas demonstrações.

ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Américo Relvas da Rocha	Luís Gustavo Batista	Leandro Luiz Chiachio
Diretor Presidente	Diretor Administrativo e Financeiro	Diretor Técnico Operacional
Jose Manuel dos Santos de Freitas	Contador Responsável Técnico - CRC 1SP 220.700/0-5	

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Acionistas e Administradores da Adonai Química S.A. - São Paulo-SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis: Examinamos as demonstrações contábeis da Adonai Química S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Adonai Química S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfases - Transações com partes relacionadas:** Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 6 às demonstrações contábeis, a Companhia possui transações com partes relacionadas e é conduzida no contexto de um grupo de empresas. Conseqüentemente, a análise das demonstrações contábeis deve considerar esse fato. Nossa opinião não está ressalvada em virtude desse assunto. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para

permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão

ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de março de 2023.
BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013.846/0-1
André Silva Moura
Contador CRC 1 SP 300.564/0-7

Dólar sobe 0,45% e fecha a R\$ 4,9372 com exterior após dados fortes dos EUA

Após a queda de 2,83% na semana passada, quando fechou abaixo de R\$ 5,00 pela primeira vez desde junho de 2022, o dólar à vista encerrou a sessão desta segunda-feira, 17, em alta de 0,45%, cotado a R\$ 4,9372, com máxima a R\$ 4,9563. Na abertura dos negócios, a divisa até chegou a operar pontualmente em baixa, flertando com o rompimento de R\$ 4,90 ao registrar mínima a R\$ 4,9008.

Segundo operadores, investidores apoiaram-se na alta da moeda americana lá fora para promover ajustes e realizar lucros no mercado doméstico de câmbio, em ambiente de liquidez reduzida. Principal termômetro do apetite por negócios, o contrato de dólar futuro para maio movimentou menos de US\$ 10 bilhões. Analistas observam que forte rodada de apreciação do real de fins de março para cá foi induzida,

em parte, por forte desmonte de hedge cambial por parte de estrangeiro no mercado de derivativos. Indicadores de atividade nos EUA acima do esperado levaram a aumento das chances de nova alta de 25 pontos-base na taxa de juros americana no encontro de política monetária do Federal Reserve em maio. Também houve certa moderação nas apostas em corte dos FedFunds ao longo do segundo semestre. IstoéDinheiro

DÓLAR
 compra/venda
 Câmbio livre BC - R\$ 4,9415 / R\$ 4,9421**
 Câmbio livre mercado - R\$ 4,9340 / R\$ 4,9360*
 Turismo - R\$ 5,0400 / R\$ 5,1360
 (*) cotação média do mercado
 (**) cotação do Banco Central
 Variação do câmbio livre mercado no dia: +0,40%

OURO BM&F
 R\$ 312

BOLSAS
 B3 (Ibovespa)
 Variação: -0,25%
 Pontos: 106.015
 Volume financeiro: R\$ 19,825 bilhões
 Maiores altas: Locaweb ON (4,44%), JBS ON (2,71%), Lojas Renner ON (2,70%)
 Maiores baixas: 3R Petroleum ON (-15,70%), Eletrobras ON (-3,75%), Eletrobras PNB (-3,30%)
 S&P 500 (Nova York): 0,33%
 Dow Jones (Nova York): 0,3%
 Nasdaq (Nova York): 0,28%
 CAC 40 (Paris): -0,28%
 Dax 30 (Frankfurt): -0,11%
 Financial 100 (Londres): 0,1%
 Nikkei 225 (Tóquio): 0,07%
 Hang Seng (Hong Kong): 1,68%
 Shanghai Composite (Xangai): 1,42%
 CSI 300 (Xangai e Shenzhen): 1,4%
 Merval (Buenos Aires): 2,02%
 IPC (México): 0,59%

ÍNDICES DE INFLAÇÃO
 IPCA/IBGE
 Novembro 2022: 0,41%
 Dezembro 2022: 0,62%
 Janeiro 2023: 0,53%
 Fevereiro 2023: 0,84%

Sustentare Saneamento S/A

CNPJ/MF nº 17.851.447/0001-77

Relatório da Administração

Apresentamos o Relatório da Administração da Sustentare Saneamento S/A., relativo ao exercício de 2022, em cumprimento às exigências legais e regulatórias vigentes. As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as normas contábeis aplicáveis, acompanhadas do parecer dos auditores independentes. O ano de 2022 foi marcado por um ambiente macroeconômico global conturbado. Mesmo nesse ambiente desafiador, a empresa continuou a apresentar resultados sólidos, dando seguimento ao processo de expansão da Companhia. Nossa estratégia de crescimento se encontra amparada por importantes pilares, ligados à excelência dos serviços prestados, à eficiência operacional e ao desenvolvimento de tecnologias e soluções de serviços que garantem a geração de resultados de forma consistente. Também significou um ano transformador, pela incorporação ao nosso patrimônio de 4 imóveis, sendo 2 aterros sanitários e 2 terrenos destinados à implantação de unidades de tratamento de resíduos. Atualmente a empresa possui três operações de aterros sanitários e consideramos que a ampliação dos negócios vinculados ao tratamento de resíduos agregará, no futuro próximo, maior retorno sobre ativos e um aumento da geração de caixa da empresa. Adicionalmente, consideramos que o modelo de negócio dos aterros sanitários modernos, que inclui a redução, tratamento e a valorização dos resíduos, considera uma vida útil média de 40 anos das áreas adquiridas e, consequentemente, permitirá maior estabilidade de resultados. Em virtude da vigência do novo marco legal de saneamento básico, lei nº 14.026 de 15 de

julho de 2020, superado o período de pandemia de COVID, decidimos formalizar nossa parceria com o Grupo Espanhol Aguas de Valencia, que atua fora do seu país de origem com sua subsidiária IDRICA. Nossa estratégia prevê o aproveitamento das sinergias existentes entre o conjunto de serviços vinculados ao saneamento básico de uma determinada região, tais como abastecimento de água, esgotamento sanitários, limpeza urbana, manejo de resíduos sólidos e de águas pluviais. Por outra parte, mesmo diante da instabilidade do cenário mundial, o nível de atividade da área de saneamento básico vem surpreendendo positivamente e as projeções de crescimento do setor podem ser revistas para cima. Em comparação ao exercício anterior, os Ativos Totais da companhia tiveram um crescimento de 29%, alcançando R\$ 490 milhões. O Patrimônio Líquido de 19%, alcançando R\$ 260 milhões. As Receitas Totais de 18%, alcançando R\$ 531 milhões. O Lucro Bruto ficou em R\$ 87 milhões, representando um acréscimo de 33%. O Lucro Líquido final foi de R\$ 29 milhões. Gostaríamos de destacar a consolidação do programa socioambiental da companhia, refletido no Relatório de Sustentabilidade (2022), que segue as principais diretrizes internacionais de reporte e gestão da sustentabilidade, tais como: Global Reporting Initiative (GRI) e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas. No relatório, apresentamos nosso compromisso com a preservação ambiental, responsabilidade social e desenvolvimento humano, prezando pela excelência dos serviços, pelos interesses sociais da população e estrito cumprimento da legislação ambiental vigente,

apresentando informações sobre as atividades que foram destaques do ano e os principais resultados, conforme destacamos a seguir: • Parceria técnica com universidades, escolas, empresas e organizações da sociedade civil, projeto de alfabetização dos colaboradores; • Fortalecimento diário da aplicação do código de conduta (Compliance) • Investimento Social Privado: • Ações sociais em comunidades carentes; • Projeto Abrinq; • Treinamento e desenvolvimento de pessoas; • Programa de orientação social para mais de 1200 colaboradores; • Projeto florescer; • Projeto Sustentare pela Educação Ambiental; • Projeto Educação Continuada; • Programa de atenção ao uso de álcool e outras drogas. As perspectivas para o ano 2023 são excelentes. Acreditamos que teremos um período de crescimento dos negócios com aumento das eficiências operacionais, bem como o início do aproveitamento dos resultados vinculados aos ativos recém adquiridos. Adicionalmente, esperamos ampliar a participação da Sustentare em outras áreas de serviços vinculados ao saneamento básico. Agradecemos aos nossos Colaboradores, Fornecedores e Parceiros que, em 2022, nos ajudaram a fortalecer a Sustentare como uma empresa de referência no segmento de gestão ambiental, inclusive contribuindo para a criação de melhores oportunidades nas comunidades onde atuamos. A todos, nossos sinceros agradecimentos.

Adilson Alves Martins – Presidente

Leonel Hernan Emilio Bustia – Diretor Administrativo Financeiro

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em Reais)

Balço Patrimonial				Demonstração dos Resultados				Demonstração dos Fluxos de Caixa			
Ativo	Notas	2022	2021	Passivo	Notas	2022	2021			2022	2021
Circulante		291.615.970	223.000.575	Circulante		144.103.366	101.090.303				
Caixa e equivalentes de caixa	4	31.099.301	14.647.217	Financiamentos	12	72.537.518	45.842.637				
Contas a receber	5	115.080.754	100.698.118	Fornecedores	13	13.407.285	12.621.342				
Outras contas a receber	6	105.629.459	74.849.895	Obrigações Fiscais e sociais	14	7.163.897	6.606.114				
Impostos a recuperar	7	337.019	213.642	Obrigações com pessoal	15	32.674.420	28.193.642				
Partes relacionadas	8	35.697.789	29.081.284	IRPJ e Contribuição social		8.871.186	-				
Estoques		2.460.723	2.425.260	Parcelamento de tributos	16	5.775.210	4.706.157				
Despesas antecipadas		1.310.925	1.085.159	Outras contas a pagar		-	2.792				
				Provisões de despesas		3.673.850	3.117.619				
Não circulante		198.482.176	158.161.913	Não Circulante		85.855.373	60.560.865				
Realizável a longo prazo		87.852.177	44.127.164	Exigível a longo prazo		85.855.373	60.560.865				
Outras contas a receber	6	48.819.477	42.800.695	Financiamentos	12	47.707.464	26.635.838				
Depósitos para garantia		1.352.890	1.326.469	Parcelamento de tributos	16	15.975.753	17.743.949				
Propriedade para investimentos em aterros sanitários	9	37.679.810	-	Impostos diferidos	17	17.744.047	11.752.969				
Investimentos	10	48.782.615	48.980.071	Provisão para contingências	18	4.428.109	4.428.109				
Imobilizado	11	61.801.361	64.968.803	Patrimônio Líquido		260.139.407	219.511.320				
Intangível	11	46.023	85.875	Capital social	19	173.702.860	173.702.860				
				Reserva legal		5.158.924	4.055.011				
				Ajuste de avaliação patrimonial	20	11.700.327	-				
				Reserva de lucros		69.577.296	41.753.449				
Total do ativo		490.098.146	381.162.488	Total do Passivo		490.098.146	381.162.488				

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido					
	Capital social	Reserva Legal	Reserva de lucros	Ajuste de avaliação patrimonial	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	123.702.860	3.228.754	70.501.447	-	-197.433.061
Transferência para Reserva Legal	-	826.257	(826.257)	-	-
Aumento de Capital	50.000.000	-	(50.000.000)	-	-
Lucro (Prejuízo) líquido do período	-	-	22.078.259	-	22.078.259
Transferência para reserva de lucros	-	-	(22.078.259)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	173.702.860	4.055.011	41.753.448	-	-219.511.320
Transferência para Reserva Legal	-	1.103.913	(1.103.913)	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	11.700.327	11.700.327
Lucro (Prejuízo) líquido do período	-	-	28.927.760	-	28.927.760
Transferência para reserva de lucros	-	-	(28.927.760)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	173.702.860	5.158.924	69.577.296	11.700.327	260.139.407

1. Contexto Operacional – A Companhia, constituída e organizada sob a forma de Sociedade Anônima, nos Termos da Lei 6.404/76, alterada pela Lei 11.638/07, opera sob a denominação social de **Sustentare Saneamento S/A.**, e tem sede social na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Engenheiro Antônio Jovino nº 220, 6º andar, conj. 64 – CEP 05727-200, podendo criar, instalar, transferir ou extinguir sucursais, filiais, agências, representações ou escritórios onde e quando for julgado necessário por sua Diretoria, em qualquer local do território nacional ou exterior. A Companhia tem por objeto a execução de obras e serviços relativos aos sistemas de limpeza pública e privada, saneamento ambiental, inclusive construção pertinente a tais objetivos, no território nacional ou no exterior, tendo como compromisso precípuo a proteção, preservação e a melhoria constante do meio ambiente, para entidades públicas e privadas, sob regime de contratação, de permissão, de autorização ou de concessão. **Ações da administração no exercício:** A companhia em seu programa de compliance tem como seu principal objetivo tornar claros os seus princípios éticos, valores e a conduta esperada dos seus profissionais, no exercício das atividades, para que todos possam compreendê-los, respeitá-los e praticá-los. Acreditamos que um processo de crescimento sustentável depende de uma atuação pautada na honestidade, integridade, eficiência e responsabilidade de todos os profissionais que trabalham na nossa empresa, ao interagirem entre si, com clientes, investidores, fornecedores e autoridades do governo, assim como com qualquer outra entidade ou indivíduo.

2. Base de preparação das demonstrações contábeis – 2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições da Lei das Sociedades por Ações (Lei 6.404/76) e nas normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e de acordo com as normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações contábeis da sociedade estão sendo apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da e de apresentação da Sociedade. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas omitindo-se os centavos. **2.3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas. Julgamentos:** A preparação das demonstrações contábeis da Sociedade requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. **Estimativas e premissas:** Com base em premissas, a Sociedade faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir: **a) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.** A Sociedade reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Sociedade revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

3. Resumo das principais práticas contábeis – 3.1. Instrumentos financeiros: i. Ativos financeiros não derivativos: A sociedade reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Sociedade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Sociedade desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Sociedade nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual. Os ativos ou passivos financeiros são comprados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Sociedade tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A Sociedade classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e ativos financeiros disponíveis para venda. **Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Sociedade gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Sociedade. Os custos da transação, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício. Ativos financeiros designados como pelo valor justo através do resultado compreendem instrumentos patrimoniais que de outra forma seriam classificados como disponíveis para venda. **Ativos financeiros mantidos até o vencimento:** Caso a Sociedade tenha intenção e a capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento, então tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Ativos financeiros mantidos até o vencimento são compostos por aplicações financeiras de longo prazo. **Empréstimos e recebíveis:** Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa e clientes e outros créditos. **Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo. **Ativos financeiros disponíveis para venda:** Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Ativos financeiros disponíveis para venda são registrados inicialmente pelo seu valor justo acrescido de qualquer custo de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável e diferenças de moedas estrangeiras sobre instrumentos de dívida disponíveis para venda, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado. Os investimentos da Sociedade em títulos patrimoniais e determinados títulos de dívida são classificados como ativos financeiros disponíveis para venda. ii. Passivos financeiros não derivativos: A Sociedade reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Sociedade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Sociedade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida. A Sociedade classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais

Publicidade Legal

... continuação

Realizáveis a Longo Prazo, no decorrer do exercício de 2022 a administração decidiu reclassificar parte de seus imóveis vinculados com projetos de desenvolvimento de aterros sanitários e/ou Unidades de Tratamento de Resíduos para a conta de Propriedade para Investimentos em Aterros Sanitários, no montante de R\$ 37.679.810.

10. Investimentos – Composto conforme abaixo, por investimento na empresa Moderna Ambiental S.A, está calculada pela equivalência patrimonial.

	Saldo Inicial	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação	Saldo Final
Terrenos (a)	14.030.000	2.988.405	-	(17.018.405)	-	-
Edifícios (a)	3.044.392	-	-	(2.840.134)	(151.202)	53.057
Máquinas e equipamentos	17.404.636	10.673.420	(178.999)	86.178	(6.684.152)	21.301.084
Veículos em Geral	30.328.847	17.854.000	(477.019)	(86.178)	(13.544.562)	34.075.088
Outros Bens	160.927	3.305.938	(2.205)	3.511.377	(603.904)	6.372.133
Imobilizado	64.968.803	34.821.763	(658.223)	(16.347.162)	(20.983.820)	61.801.361
Softwares	85.875	-	-	-	(39.852)	46.023
Intangível	85.875	-	-	-	(39.852)	46.023

(a) Conforme mencionado na nota explicativa nº 9, a administração da sociedade reclassificou os ativos relacionados à imóveis (terrenos e edificações) para a conta de Propriedades para Investimentos em Aterros Sanitários.

12. Empréstimos e financiamentos – Os montantes de curto e longo prazos têm a seguinte composição:

Modalidade	Amortização	Final	Garantias	2022		2021	
				Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Empréstimos	Capital de Giro	Mensal	Aval	55.782.327	17.704.177	13.794.616	4.722.222
	Conta Garantia	Mensal	Aval	-	-	18.806.273	-
				55.782.327	17.704.177	32.600.889	4.722.222
Financiamentos	Finame	Mensal	Alien.Fiduciária	8.545.794	7.546.589	6.245.917	6.017.954
	CDC	Mensal	Alien.Fiduciária	8.209.398	22.456.697	6.995.830	15.895.661
				16.755.192	30.003.286	13.241.747	21.913.615
Total de empréstimos e financiamentos				72.537.518	47.707.464	45.842.637	26.635.838

13. Fornecedores – Representa os saldos a pagar na data de encerramento das demonstrações financeiras aos fornecedores de serviços e materiais aplicados na consecução das atividades operacionais da Sociedade.

14. Obrigações fiscais e sociais – Conforme escrituras de cessão de créditos, a Sociedade obteve, nos exercícios de 2020 e 2021,

Modernna Ambiental S/A

	2022	2021
	48.782.615	48.980.071
Total	48.782.615	48.980.071

A participação, o patrimônio líquido e o resultado da controlada em 2022 apresentaram-se como segue:

	Participação	Patrimônio Líquido	Resultado do Exercício
Modernna Ambiental S/A	100%	48.782.615	(52.922)

como quitação de dívida de empresa coligada montante de créditos fiscais suportados pela decisão transitada em julgado na 7ª Vara da Justiça Federal do Distrito Federal. A mencionada decisão judicial permite a compensação dos créditos com quaisquer tributos administrados pela Receita Federal do Brasil, desta feita, a administração optou pela compensação contábil de débitos tributários relativos à

Modalidade	Amortização	Final	Garantias	2022		2021	
				Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Empréstimos	Capital de Giro	Mensal	Aval	55.782.327	17.704.177	13.794.616	4.722.222
	Conta Garantia	Mensal	Aval	-	-	18.806.273	-
				55.782.327	17.704.177	32.600.889	4.722.222
Financiamentos	Finame	Mensal	Alien.Fiduciária	8.545.794	7.546.589	6.245.917	6.017.954
	CDC	Mensal	Alien.Fiduciária	8.209.398	22.456.697	6.995.830	15.895.661
				16.755.192	30.003.286	13.241.747	21.913.615
Total de empréstimos e financiamentos				72.537.518	47.707.464	45.842.637	26.635.838

Modernna Ambiental S/A

	2022	2021
	48.782.615	48.980.071
Total	48.782.615	48.980.071

A participação, o patrimônio líquido e o resultado da controlada em 2022 apresentaram-se como segue:

	Participação	Patrimônio Líquido	Resultado do Exercício
Modernna Ambiental S/A	100%	48.782.615	(52.922)

como quitação de dívida de empresa coligada montante de créditos fiscais suportados pela decisão transitada em julgado na 7ª Vara da Justiça Federal do Distrito Federal. A mencionada decisão judicial permite a compensação dos créditos com quaisquer tributos administrados pela Receita Federal do Brasil, desta feita, a administração optou pela compensação contábil de débitos tributários relativos à

mil em 2021), por entender que o referido montante seja suficiente para refletir as possíveis perdas futuras. Nossa opinião não está modificada por esse assunto. **Ênfase – Partes relacionadas:** A Sociedade mantém registrados no Ativo Circulante, os valores dos créditos provenientes de operações de mútuo com empresas coligadas, de acordo com a expectativa de realização dentro do próximo exercício. Nossa opinião não está modificada por esse assunto. **Ênfase – Procedimentos tributários:** Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 14 que menciona a compensação de determinados débitos tributários com créditos fiscais de exercícios anteriores cujo direito de compensação foi determinado em decisão transitada em julgado pela 7ª Vara da Justiça Federal do Distrito Federal. Nossa opinião não está modificada por esse assunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A diretoria da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidade da administração e da governança sobre as demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações con-

Cofins, PIS e INSS. Os saldos em 31 de dezembro de 2022 estão compostos pelas seguintes obrigações:

	2022	2021
Cofins a recolher	621.472	15.670
IRRF sobre salários	1.051.759	879.520
FGTS a recolher	1.497.872	1.328.667
ISS a recolher	1.892.070	1.711.456
Outros Impostos a Recolher	2.100.724	2.670.801
Total de obrigações fiscais e sociais	7.163.897	6.606.114
15. Obrigações com pessoal	2022	2021
Salários a pagar	9.554.233	8.511.439
Provisão para férias e encargos	22.836.168	19.412.281
Outras obrigações com pessoal	284.019	269.922
Total de obrigações com pessoal	32.674.420	28.193.642
16. Parcelamentos de tributos	2022	2021
Circulante	152.555	28.139
Não Circulante	1.386.472	1.255.753

FGTS

	2022	2021
FGTS	152.555	28.139
INSS	1.386.472	1.255.753
PERT – Receita Federal	3.036.152	2.700.297
PERT – Previdenciário	515.704	471.612
Receita Federal – Simplificado	520.708	1.605.517
Outros parcelamentos	163.619	250.356
Total de Parcelamentos	5.775.210	4.706.157

17. Impostos diferidos – Representa o imposto de renda da pessoa jurídica e contribuição social sobre o lucro líquido incidentes sobre as exclusões temporárias do lucro contábil. As mencionadas exclusões provêm das receitas não recebidas, em seu vencimento, de órgãos governamentais (Prefeituras). Adicionalmente, conforme notas explicativas, nº 9 – Propriedades para Investimentos e nº 20 – Ajuste de avaliação patrimonial, estão incluídos na rubrica de Impostos diferidos os tributos incidentes sobre os ajustes a valor

justo decorrentes de avaliação patrimonial de imóveis preparada por empresa independente contratada.

	2022	2021
Tributos sobre receitas diferidas	11.752.969	11.752.969
Tributos diferidos sobre ajuste de avaliação patrimonial	5.991.078	-
Total de tributos diferidos	17.744.047	11.752.969

18. Provisão para contingências – A Sociedade apura e apropria as contingências existentes na data de seu balanço consideradas juridicamente como “remota ou prováveis”, para fazer face às perdas estimadas por seus advogados. As contingências passivas, cujos assessores jurídicos da sociedade entendem ser de risco remota ou provável montam em:

	2022	2021
Contingências Tributárias	4.184.266	4.184.266
Contingências Cíveis e Trabalhistas	243.843	243.843
Total de tributos diferidos	4.428.109	4.428.109

A Sociedade também está envolvida em outros processos trabalhistas e cíveis cujos assessores jurídicos entendem que a possibilidade de perda é possível, dessa forma não foram apropriados contabilmente.

19. Capital Social – O Capital Social integralizado é composto por 173.702.860 ações ordinárias, nominativas emitidas pelo valor de R\$1,00 por ação.

20. Ajuste de avaliação patrimonial – Durante o exercício de 2022 foram transferidos bens imóveis para a conta de Propriedades para Investimentos em Aterros Sanitários (nota explicativa nº 9). Ao final do exercício, através de laudos de avaliação patrimonial emitidos por empresa independente, foram registrados ajustes de avaliação patrimonial com o propósito de apresentação dos bens aos seus valores justos.

Total de ajuste de avaliação patrimonial

Total de ajuste de avaliação patrimonial líquido dos impostos

17.691.405
(5.991.078)
11.700.327

Diretoria

Contadora

Adilson Alves Martins – Diretor Presidente
Bruno de Bartolo Martins – Diretor

Leonel Hernan Emilio Bustia – Diretor
Marcelo Duarte de Oliveira – Diretor

Marlene Maria Teixeira de Oliveira
CRC 1SP 199702/O-3

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Acionistas e administradores **Sustentare Saneamento S/A**. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da **Sustentare Saneamento S/A**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, correspondentes ao exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Sustentare Saneamento S.A.**, em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações, as mutações do patrimônio líquido e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase – Valor de realização de contras a receber:** Chamamos a atenção que no exercício de 2022 a Sociedade manteve registrados créditos provenientes de prestação de serviços realizados em exercícios anteriores, no valor total de R\$ 119.773 mil (R\$ 84.295 mil em 2021), que, de acordo com seus assessores jurídicos, tem alto grau de realização. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Ênfase – Provisão para créditos de liquidação duvidosa:** Chamamos a atenção para o fato que as contas a receber de clientes e os créditos mencionados no parágrafo de ênfase acima, são, em sua maioria, compostos por valores vencidos e não recebidos em suas respectivas datas de vencimento. A administração optou por constituir provisão para perdas no recebimento desses créditos no valor de R\$ 15.048 mil (R\$ 14.610

mil em 2021), por entender que o referido montante seja suficiente para refletir as possíveis perdas futuras. Nossa opinião não está modificada por esse assunto. **Ênfase – Partes relacionadas:** A Sociedade mantém registrados no Ativo Circulante, os valores dos créditos provenientes de operações de mútuo com empresas coligadas, de acordo com a expectativa de realização dentro do próximo exercício. Nossa opinião não está modificada por esse assunto. **Ênfase – Procedimentos tributários:** Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 14 que menciona a compensação de determinados débitos tributários com créditos fiscais de exercícios anteriores cujo direito de compensação foi determinado em decisão transitada em julgado pela 7ª Vara da Justiça Federal do Distrito Federal. Nossa opinião não está modificada por esse assunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A diretoria da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidade da administração e da governança sobre as demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações con-

tábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se

existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. São Paulo, 30 de março de 2023. **Triade Auditores Independentes** – CRC 2SP 015.090/O-5 **Sergio de Andrade Behrend** – Sócio Diretor – CRC 1SP 197.708/O-8

Elecnor do Brasil Ltda.

CNPJ/MF nº 30.455.661/0001-72

Demonstrações Financeiras Referentes aos Exercícios Sociais em 31/12/2022 e 2021 (Em milhares de Reais - R\$)

Balanço Patrimonial					
Ativo	2022	2021	Passivo e patrimônio líquido		
Circulante	570.134	476.341	Circulante	433.954	329.857
Caixa e equivalentes de caixa	180.262	124.171	Fornecedores	89.671	60.710
Contas a receber	188.555	191.507	Receita diferida	246.661	170.996
Medições a faturar	141.595	128.321	Obrigações trabalhistas	40.735	24.782
Impostos a recuperar	39.772	23.260	Obrigações tributárias	14.375	10.746
Outros créditos	19.950	9.082	IRPJ e CSLL a Recolher	-	7.551
Não circulante	46.596	43.214	Outras contas a pagar	41.159	52.919
Realizável a longo prazo	94.763	85.554	Arrendamento	1.353	2.153
IRPJ e CSLL diferidos	39.137	37.779	Não circulante	59.172	55.498
Depósitos judiciais	7.459	5.435	Provisão para riscos	45.925	42.577
Investimentos	1	1	Arrendamento	13.247	12.921
Imobilizado	82.024	72.235	Patrimônio líquido	218.367	219.754
Intangível	223	120	Capital social	108.384	108.384
Ativo de direito de uso	12.515	13.198	Reservas de Incorporação	(121)	(121)
Total do ativo	711.493	605.109	Lucros acumulados	110.104	111.491
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido					
	Capital social	Reservas de incorporação	Lucros acumulados	Total	
Saldos em 31 de dezembro de 2020	108.384	(121)	71.629	179.892	
Lucro líquido do exercício	-	-	126.846	121.335	
Dividendos distribuídos e juros sobre o capital próprio	-	-	(86.984)	(81.473)	
Saldos em 31 de dezembro de 2021	108.384	(121)	111.491	219.754	
Lucro líquido do exercício	-	-	51.562	51.562	
Dividendos distribuídos e juros sobre o capital próprio	-	-	(52.949)	(52.949)	
Saldos em 31 de dezembro de 2022	108.384	(121)	110.104	218.367	
Demonstração dos Fluxos de Caixa					
	2022	2021	2022	2021	
Fluxo de caixa das atividades operacionais	-	99.198	Lucro ajustado	99.198	172.222
Lucro liq. do exercício	51.562	126.846			

Publicidade Legal

Prime Aviation Taxi Aéreo e Serviços Ltda.		
CNPJ/MF nº 23.568.370/0001-25 – (Anteriormente denominada de Prime Taxi Air Ltda.)		
Balço Patrimonial (Em Reais)		Demonstração do Resultado do Exercício (Em Reais)
	2022	2021
Ativo		
Ativo circulante	359.532,61	27.651,25
Disponibilidades	1,00	1,00
Caixa e bancos	1,00	1,00
Títulos e valores mobiliários	126.754,72	1.406,98
Cotas de fundos de investimentos	126.754,72	1.406,98
Outros Créditos	232.776,89	26.243,27
Rendas a receber	96.882,95	-
Diversos	135.893,94	26.243,27
Total do Ativo	359.532,61	27.651,25
Passivo		
Passivo Circulante	2.144.286,54	1.287.803,51
Outras Obrigações	2.144.286,54	1.287.803,51
Impostos e contribuições sobre salários	310.653,22	143.837,23
Demais impostos e contribuições a recolher	5.421,19	100,53
Provisões para pagamentos a efetuar	475.930,39	296.964,81
Diversos	1.352.281,74	846.900,94
Patrimônio Líquido	(1.784.753,93)	(1.260.152,26)
De domiciliados no país	90.000,00	90.000,00
(Capital a realizar)	(90.000,00)	(90.000,00)
Lucros/(Prejuízos) acumulados	(1.784.753,93)	(1.260.152,26)
Patrimônio líquido atribuível aos controladores	(1.784.753,93)	(1.260.152,26)
Total Passivo e Patrimônio Líquido	359.532,61	27.651,25
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (Em Reais)		
	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Total 2021
Eventos		
Saldos iniciais em 01/01/21	(636.596,18)	(636.596,18)
Mutações do Período	(623.556,08)	(623.556,08)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(623.556,08)	(623.556,08)
Saldos finais em 31/12/21	(1.260.152,26)	(1.260.152,26)
	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Total 2022
Eventos		
Saldos iniciais em 01/01/22	(1.260.152,26)	(1.260.152,26)
Mutações do Período	(524.601,67)	(524.601,67)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(524.601,67)	(524.601,67)
Saldos finais em 31/12/22	(1.784.753,93)	(1.784.753,93)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais)

1. Contexto Operacional – A empresa Prime Aviation Taxi Aéreo e Serviços Ltda, anteriormente denominada Prime Taxi Air Ltda, foi constituída em 29 de outubro de 2015, e tem como objeto social: (i) prestação de serviços de taxi aéreo; (ii) tratamento de aeronave com tripulação para transporte de passageiros para qualquer finalidade; (iii) transporte de passageiros e carga na modalidade de taxi aéreo; (iv) administração e gerenciamento de aeronaves de terceiros; (v) serviço de hangaragem de aeronaves; (vi) serviços aéreos públicos especializados; (vii) transporte terrestre, manutenção e revisão de aeronaves; e (viii) importação, exportação e comércio de peças, acessórios e componentes aeronáuticos. **2. Apresentação das Demonstrações Financeiras** – As demonstrações financeiras foram preparadas com base nas práticas

contábeis emanadas da Legislação Societária Brasileira, Lei no 6.404/76 alterada pela Lei no 11.638/07 e pela Lei no 11.941/09, e de acordo com os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). **3. Principais Práticas Contábeis** – a. **Auração de resultado:** As receitas e despesas são registradas pelo regime de competência. As aplicações em títulos estão demonstradas a valores de realização. **b. Outros ativos e passivos – circulante e não circulante:** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acessíveis, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **c. Provisão para imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda da pessoa jurídica e a contribuição social sobre o lucro líquido são calculados, quando aplicável, com base no lucro tributável ajustado nos termos da legislação pertinente.

4. Composição de Saldos Relevantes

	2022	2021
Ativo circulante	1,00	1,00
Disponibilidades	1,00	1,00
Caixa e bancos	1,00	1,00
Títulos e valores mobiliários	126.754,72	1.406,98
Cotas de fundos de investimentos	126.754,72	1.406,98
Outros créditos – Créditos	232.776,89	26.243,27
Rendas a receber	96.882,95	-
Adiantamentos de férias	5.508,42	6.000,00
Adiantamentos diversos	106.550,00	2.240,80
Irrf s/aplicações financeiras	705,53	98,96
Inss retidos a compensar	-	4.590,42
PIS pago a maior	2.944,42	2.377,34
COFINS pago a maior	13.632,17	10.935,75
Outros	6.553,40	-
Passivo Circulante	2.144.286,54	1.287.803,51
Impostos e contribuições sobre salário	310.653,22	143.837,23
Demais impostos e contribuições a recolher	5.421,19	100,53
Despesas de pessoal	475.930,39	239.950,88
Outras despesas administrativas	-	57.013,93
Diversas	1.352.281,74	846.900,94

5. Patrimônio Líquido – O Capital Social de R\$ 90.000,00 dividido em 90.000 cotas, à integralizar por cotistas domiciliados no País. **6. Contingências** – As declarações de renda dos últimos cinco exercícios estão sujeitas à revisão e apuração pelas autoridades fiscais. Outros impostos e contribuições permanecem sujeitos à revisão e aprovação pelos órgãos competentes por períodos variáveis de tempo.

A Diretoria

Reinaldo Dantas – Contador CRC ISP 110.330/0-6

Taxas de juros rondam a estabilidade e longos têm viés de baixa com dólar

Os juros futuros longos operam em leve baixa na manhã desta segunda-feira, 17, em linha com o dólar e os demais rondam a estabilidade, num dia de agenda mais fraca. Os curtos têm viés de alta. Na segunda, o Boletim Focus trouxe piora nas expectativas para IPCA de 2023 e 2024. As atenções nesta segunda-feira estão na apresentação do texto final do arcabouço fiscal na Câmara e na coletiva com a ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, e o secretário de Orçamento Federal, Paulo Bijos, para apresentar e explicar os números do PLDO de 2024. IstoéDinheiro

Igreja Evangélica Filadélfia

CNPJ nº 74.079.963/0001-69

Reforma do Estatuto da Igreja Evangélica Filadélfia

Capítulo I – Da Reforma, da Denominação, Duração, Sede, Finalidades, Manutenção, Departamentos e Vinculação. Art. 1. A Igreja Evangélica Filadélfia, fundada aos 05 de dezembro de 1983, pelo saudoso e benemérito Pastor Dr. Aslan Diran Pilavjian, doravante designada nesta Reforma Estatutária simplesmente "Igreja", é uma organização religiosa, com fins não econômicos, com tempo de duração indeterminado, que se regerá por este Estatuto, pelo Regimento Interno, pelas deliberações de Assembleia, pela Declaração de Fé e pelas disposições legais que lhe sejam aplicáveis.

Art. 2. A Igreja tem sua sede e foro na Avenida Santos Dumont, N°355, Bom Retiro, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, República Federativa do Brasil, e poderá manter congregações e trabalhos de missões em qualquer parte do território nacional.

Art. 3. A Igreja terá por finalidade: I – Pregar o evangelho de nosso Senhor Jesus Cristo e ensinar a Palavra de Deus, II – Estimular a comunhão e a fraternidade entre seus membros, congregados e demais igrejas, III – Criar programas de assistência social e de educação, IV – Criar programas de confraternização, incluindo beneficentes, e V – Distribuir literatura cristã pertinente e materiais afins. **Parágrafo único.** Para a pregação e ensino da Palavra de Deus, a Igreja seguirá a linha doutrinária dos princípios doutrinários sistematizados em "Doutrina fundamental de nossa fé cristã" elaborada à luz das Escrituras Sagradas e demais normas deste estatuto e do "Regimento interno".

Art. 4. A manutenção da Igreja será proveniente dos dízimos, ofertas e doações, de procedência lícita, e resultados de promoções beneficentes. **Art. 5.** Para a consecução de suas finalidades, a Igreja organizará departamentos conforme suas necessidades. **Capítulo II – Dos Membros: Direitos, Deveres, Admissão, Demissão e Exclusão.**

Art. 6. A Igreja terá número ilimitado de membros, admitidos em Assembleia Geral, sem distinção de sexo, raça ou condição social. **Parágrafo único.** A Igreja terá duas categorias de membros: I – **Efetivos**, os maiores de 18 anos, os emancipados e os relativamente incapazes conforme a lei (idade entre 16 e 18 anos); e II – **Agregados**, os menores de 18 anos. **Art. 7.** São direitos dos membros efetivos: I – Participar das Assembleias Gerais da Igreja; II – Votar e ser votado para cargos e funções; e III – Ter acesso aos livros contábeis, balancetes financeiros, movimentação de membros e demais documentos da Igreja. **Parágrafo único.** Os membros relativamente incapazes não poderão ser votados para cargos de diretoria da Igreja, Conselho Eclesial e Conselho Fiscal. **Art. 8.** São deveres dos membros: I – Participar de todas as atividades da Igreja, II – Cumprir o estabelecido no Estatuto, no Regimento Interno e nas decisões da Assembleia Geral, Conselho Eclesial e da Diretoria, III – Viver de acordo com o que preceitua a Declaração de Fé da Igreja, IV – Contribuir financeiramente com o programa orçamentário da Igreja, e V – Zelar pelo patrimônio moral e material da Igreja. **Art. 9.** São direitos dos membros agregados: participar de todas as atividades espirituais da Igreja, podendo ser indicados para função não dependente de eleições na Assembleia. **Art. 10.** Os membros agregados não poderão votar nas Assembleias Gerais, nem serem votados e eleitos para cargos e funções. **Art. 11.** O membro agregado passará, automaticamente, à categoria de efetivo ao atingir a idade de 16 anos. **Art. 12.** A admissão na qualidade de membro far-se-á da seguinte maneira: I – Pelo batismo em água (na forma de imersão), conforme a Declaração de Fé da Igreja; II – Por testemunho, aclamação; e III – Por carta de transferência de igreja da mesma fé e ordem. **Art. 13.** No ato de admissão, em Assembleia Geral, o novo membro receberá, contra recibo, um exemplar do Estatuto, do Regimento Interno e da Declaração de Fé, e prometerá cumprir a doutrina da Igreja e assumir os objetivos do grupo. **Art. 14.** Se o novo membro for admitido na categoria de agregado, apresentará autorização de seu representante legal. **Art. 15.** Da demissão. O membro será demitido: I – A seu pedido, por escrito; II – Pelo óbito; e III – Por carta de transferência para Igreja da mesma fé e ordem. **Art. 16.** Da exclusão. A exclusão de qualquer membro será instaurada, processada e concluída pelo Conselho Eclesial. **Art. 17.** A exclusão ocorrerá havendo justa causa prevista no Estatuto. Serão consideradas como faltas graves, sujeitas à exclusão: I – O abandono à Igreja, sem qualquer comunicação, por um período igual ou superior a 2 meses; II – A prática contumaz de vícios previstos na Declaração de Fé da Igreja; III – A transgressão às normas do Estatuto, do Regimento Interno e da Declaração de Fé da Igreja; IV – A prática de imoralidade por sexualismo fora da relação matrimonial, conforme exposto na Declaração de Fé da Igreja; V – A rebelião contra a administração da Igreja; VI – A prática de atos considerados como crimes na lei penal, trabalhista ou civil, transitada em julgado; VII – O ato de insubordinação às decisões de Assembleia Geral, da Diretoria ou do Conselho Eclesial; VIII – O mau testemunho contra a Igreja, e IX – O roubo ou o furto qualificado. **Art. 18.** Se a falta grave para justificar a exclusão não constar do Estatuto, nem da Declaração de Fé, a exclusão poderá ainda ocorrer se for reconhecida a existência de motivos graves, em deliberação fundamentada, pela maioria absoluta dos membros, com direito a votos, presentes à Assembleia Geral especialmente convocada para esse fim. **Art. 19.** Do Conselho Eclesial, que excluir o membro, caberá sempre recurso à Assembleia Geral. **Art. 20.** Nenhum direito patrimonial, financeiro ou econômico caberá ao membro excluído, nem mesmo o direito à restituição de dízimos e ofertas que tenha feito à Igreja. **Art. 21.** Não há reciprocidade de obrigações entre os membros, e estes não responderão solidariamente nem subsidiariamente por quaisquer obrigações assumidas pela Igreja. **Capítulo III – Da Assembleia Geral, do Conselho Eclesial e**

da Diretoria. **Art. 15.** A Igreja será administrada pela Assembleia Geral, pelo Conselho Eclesial e pela Diretoria. **Seção 1 – Da Assembleia Geral.** **Art. 16.** A Assembleia Geral será o poder soberano, nos limites da Igreja, e sua última instância para as decisões eclesiais e administrativas, e se reunirá no mês de dezembro a cada cinco anos para eleger a Diretoria e anualmente para aprovar as contas da administração. **Art. 17.** Compete privativamente à Assembleia Geral: I – Eleger e empossar os membros da Diretoria, do Conselho Fiscal e dos Departamentos; II – Apreciar e aprovar os relatórios da Diretoria; III – Apreciar e aprovar os relatórios da Tesouraria; IV – Admitir o Pastor-Titular; V – Demitir o Pastor-Titular; VI – Conceder o título de Pastor Honorário; VII – Destituir administradores; VIII – Adquirir bens móveis e imóveis; IX – Alienar ou onerar bens móveis, imóveis semoventes; X – Reformar o Estatuto; XI – Admitir membros; XII – Excluir membros; XIII – Extinguir a Igreja, XIV – Eleger os dirigentes de Congregações. **Art. 18.** A Igreja terá o direito de convocar para esse fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos membros com direito a voto, ou com menos de um terço nas convocações seguintes. **Art. 19.** Para as deliberações a que se referem os incisos VIII e IX, a Assembleia poderá fixar anualmente limites para a Diretoria transacionar os bens em nome da Igreja. **Art. 20.** Qualquer Assembleia Geral, sem exigência de quórum qualificado, instalar-se-á em primeira convocação, com um terço dos membros com direito a voto, ou com qualquer número nas convocações seguintes. **Art. 21.** As deliberações serão tomadas pelo sistema de cédula, caso em que a Assembleia não exija outro sistema, e pela maioria simples de voto. Havendo empate, o Presidente poderá fazer o uso do "voto de minerva." **Art. 22.** As Assembleias Gerais serão convocadas pela Diretoria e/ou por um quinto dos membros da Igreja, com 8 dias de antecedência, constando do Edital de Convocação a pauta. **Seção 2 – Do Conselho Eclesial.** **Art. 23.** O Conselho Eclesial será formado pela Diretoria e pelo Ministério. **Art. 24.** O Conselho Eclesial terá o Pastor-Titular, pastores auxiliares, evangelistas, presbíteros em exercício, e pelos Ministros da Palavra, desde que reconhecidos pela igreja. **Art. 25.** Dirigentes de Congregações, eleitos em Assembleia Geral, poderão ser convalidados pelo Presidente do Conselho Eclesial, para participar do referido Conselho. **Art. 26.** Os diáconos, devidamente escolhidos pela igreja, exercendo um ministério de apoio ao Conselho Eclesial, serão convocados pelo Pastor-Titular, sempre que for necessário, tanto para reuniões do corpo diaconal como para reuniões do Conselho Eclesial. **Art. 27.** O Pastor-Titular, em virtude do seu cargo, será o Presidente do Conselho Eclesial. **Art. 28.** Compete ao Conselho Eclesial: I – Apreciar os projetos missionários da igreja e encaminhar propostas à Assembleia Geral; II – Tratar dos assuntos do dia a dia da Igreja que não sejam de competência de outros órgãos; III – Aplicar medidas disciplinares a membros faltosos; e IV – Aceitar denúncia e instaurar processos contra membros que cometam faltas graves, e excluí-los, se for o caso. **Seção 3 – Da Diretoria.** **Art. 21.** A Igreja terá uma Diretoria composta de 7 (sete) membros, eleita pela Assembleia Geral, composta de: Presidente, 1º Vice-Presidente, 2º Vice-Presidente, 1º Secretário, 2º Secretário, 1º Tesoureiro e 2º Tesoureiro, para o mandato de 5 (cinco) anos, sendo vedada a vitaliciedade em qualquer cargo. **Parágrafo único.** O Pastor-Titular, em virtude de seu cargo, será o Presidente da Igreja. **Art. 22.** Ao assumir seus mandatos, os membros da Diretoria assinarão "Termo de Posse", comprometendo-se ao exercício de seus mandatos nos limites dos poderes que lhes sejam conferidos pela Igreja em seu Estatuto. **Art. 23.** Compete ao Presidente: I – Representar a Igreja ativa, passiva, judicial e extrajudicialmente; II – Convocar e presidir as reuniões da Diretoria, do Conselho Eclesial e da Assembleia Geral; III – Cumprir e fazer cumprir o Estatuto, o Regimento Interno e decisões de Assembleia; IV – Movimentar, juntamente com o tesoureiro, as contas bancárias em nome da Igreja; e V – Assinar, juntamente com o tesoureiro, documentos de compra e venda de bens imóveis em nome da Igreja. **Art. 24.** Compete ao 1º e 2º Vice-Presidentes, na ordem de eleição: substituir o Presidente em suas ausências e impedimentos e assumir o cargo em caso de vacância. **Parágrafo único.** A substituição por impedimento e/ou falta do titular, conforme este Estatuto, será processada por intermédio de representação hábil. **Art. 25.** Compete aos Secretários, na ordem de eleição: I – Redigir as Atas da Assembleia Geral, das reuniões da Diretoria e do Conselho Eclesial; II – Manter em boa ordem os arquivos da Secretaria, e III – cuidar da movimentação de membros. **Art. 26.** Compete aos tesoureiros, pela ordem de eleição: I – Superintender toda a movimentação da Tesouraria, II – Efetuar os pagamentos autorizados pela Igreja e/ou Diretoria, III – Manter em boa ordem os livros e documentos contábeis, e IV – Apresentar o movimento da Tesouraria à Assembleia Geral, e ao Conselho Fiscal, quando solicitado. **Art. 27.** Nenhum membro da Diretoria, do Conselho Eclesial, e do Conselho Fiscal será remunerado pelo exercício do mandato, sendo apenas ressarcidos de despesas feitas, e comprovadas legalmente, a serviço da Igreja. **Seção 4 – Do Conselho Fiscal.** **Art. 28.** A Igreja terá um Conselho Fiscal composto de três membros, e seus respectivos suplentes, eleitos pela Assembleia Geral, com mandato de cinco anos, concomitante com o da Diretoria, que terá por finalidade examinar as contas da administração e emitir, por escrito, parecer à Assembleia Geral. **Seção 5 – Do Pastor.** **Art. 29.** O Pastor-Titular será convidado pela igreja, e empossado pela Assembleia Geral (ou em reunião solene, com registro em Ata), e permanecerá no cargo enquanto bem servir. **Art. 30.** As funções pertinentes ao cargo pastoral estarão definidas no Regimento Interno da Igreja. **Art. 31.** Para o exercício de suas atividades pastorais, o Pastor-Titular, Pastores auxiliares e outros obreiros que sejam

sustentados pela Igreja, receberão uma prebenda a ser fixada pela Diretoria da Igreja. **Art. 32.** O Pastor-Titular será demitido do cargo a seu próprio pedido, ou mediante exoneração, em Assembleia Geral, conforme os requisitos do artigo 17 e 1º. **Art. 33.** Pastores auxiliares e demais obreiros serão demitidos a seu próprio pedido ou mediante exoneração, em Assembleia Geral sem fórum qualificado. **Art. 34.** Em caso de vacância do cargo do Pastor-Titular, o Conselho Eclesial estabelecerá a questão com vista a sua sucessão, que será encaminhada à Assembleia Geral, que, neste caso, será presidida pelo 1º Vice-Presidente da Igreja. **Art. 35.** Configurado o estatuto no art. 21, parágrafo único, a prebenda do Pastor-Titular não representará pagamento pelo exercício da Presidência, e sim pelos serviços pastorais que presta à Igreja. **Art. 36.** A honraria do cargo de Pastor Honorário será concedida, pela Assembleia Geral, durante a vigência do cargo pastoral ou postumamente como forma de reconhecimento pelos anos de trabalhos prestados a intuição religiosa e a comunidade. **Capítulo IV – Das Congregações.** **Art. 30.** A Igreja poderá manter Congregações, ou seja, frentes missionárias que ainda não estejam juridicamente emancipadas e que estarão sob a tutela deste Estatuto. **Art. 31.** Caberá à Igreja o gerenciamento de todo movimento das Congregações, tanto com referência ao rol de membros quanto ao movimento financeiro. **Art. 32.** Em caso de cisão unilateral da Congregação, os bens patrimoniais – móveis, imóveis dinheiro em caixa – pertencerão à Igreja sede, sem direito à reclamação em juízo ou fora dele contra a Igreja. **Art. 33.** As Congregações deverão, mensalmente, prestar contas de seu movimento financeiro à Tesouraria geral, com as despesas todas comprovadas. **Art. 34.** A substituição de Dirigentes de Congregações é de alçada do Pastor-Titular, ouvido o Conselho Eclesial e "ad referendum" da Assembleia Geral. **Capítulo V – Da Receita e do Patrimônio.** **Art. 31.** A receita da Igreja será constituída de ofertas, dízimos, doativos, títulos, ações, legados, doações de seus membros e/ou de terceiros, de pessoas físicas e jurídicas, sempre de procedência lícita e de resultados de promoções beneficentes. **Art. 32.** O patrimônio da Igreja será constituído de bens móveis e imóveis e semoventes, que possuía ou venha a possuir, todos escriturados em seu nome, e só poderão ser vendidos ou alienados por decisão da Assembleia Geral, observado o previsto no parágrafo 2º do art. 17. **Art. 33.** A receita e o patrimônio da Igreja só poderão ser usados para a consecução de suas finalidades. **Capítulo VI – Dos Estatutos.** **Art. 34.** Este Estatuto só poderá ser reformado, em sua estrutura geral, decorridos, no mínimo, três (3) anos de sua aprovação, e mediante o voto favorável de dois terços (2/3) dos membros da Igreja Evangélica Filadélfia presentes à Assembleia Geral, e desde que, do edital de convocação da mesma, conste esse propósito. **Art. 35.** Havendo absoluta urgência da reforma estatutária, nestes termos, poderá ser convocada uma Assembleia Geral, com trinta dias, no mínimo de antecedência, com essa exclusiva finalidade, observados, contudo, as demais disposições deste artigo. **Art. 36.** Tratando-se de reforma do Estatuto, que consista apenas de simples emendas, que absolutamente não impliquem em modificação de sua atual estrutura geral, essa reforma deverá ser levada a efeito em Assembleia Geral com exclusão da exigência referente ao tempo, após será lícito (executá-la) a qualquer tempo. **Art. 37.** Em qualquer das modalidades da reforma que se processa fica expressamente proibido proceder à alteração na essência da parte fundamental deste Estatuto, que só poderá ser modificada na sua forma, pois, qualquer alteração na sua essência implicará na dissolução automática da Igreja Evangélica Filadélfia. **Capítulo VII – Das Disposições Gerais e Transitórias.** **Art. 36.** A Igreja responderá, com seus bens, pelas obrigações contraídas pelos seus administradores, nos limites dos poderes que o Estatuto lhes confere. **Parágrafo único.** Em caso de desvio de sua finalidade e/ou confusão patrimonial, será responsável seu administrador nos termos da lei. **Art. 37.** Não obrigam a Igreja compromissos particulares de seus membros. **Art. 38.** A Igreja poderá ser extinta quando se tornar impossível o desempenho de suas atividades. **Parágrafo único.** Para dissolução da Igreja será necessário o voto concorde de dois terços dos membros com direito a voto, presentes à Assembleia Geral convocada especificamente para esse fim, não podendo ela deliberar sem a maioria absoluta de seus membros com direito a voto, e em duas Assembleias Gerais, consecutivas, com intervalo não inferior a 30 dias. **Art. 39.** Ocorrendo a dissolução total da Igreja Evangélica Filadélfia, seu patrimônio, somente, após pagas todas as dívidas e satisfeitos os demais compromissos ficarão automaticamente pertencendo à Sociedade Bíblica do Brasil. **Art. 40.** No caso de cisão, em qualquer igreja ou congregação futura, todo seu patrimônio, continuará sob guarda, responsabilidade e uso da facção remanescente, desde que esta permaneça absolutamente fiel aos princípios doutrinários da Igreja Evangélica Filadélfia expressos em "Doutrina fundamental de nossa fé cristã", e em tudo continue sob seu governo, de conformidade com este estatuto. **Parágrafo único.** Caso os dois grupos permaneçam fiéis à Denominação, o patrimônio permanecerá com o grupo que tiver maior número de membros. **Art. 41.** Os membros da Igreja Evangélica Filadélfia e seus diretores não responderão, individualmente ou subsidiariamente, pelas obrigações contraídas em nome da entidade, que também não responde solidariamente nem subsidiariamente pelas obrigações de seus membros. **Parágrafo único.** A Igreja Evangélica Filadélfia somente se dissolverá por deliberação da Assembleia Geral aprovada por dois terços (2/3) dos presentes. **Art. 42.** Os casos omissos serão resolvidos pela Assembleia Geral. Estes estatutos foram aprovados por unanimidade, pela Assembleia Geral da Igreja Evangélica Filadélfia, realizada em 16 (dia) de abril (mês) de 2023 (ano) na Avenida Santos Dumont, N°355, Bom Retiro, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, República Federativa do Brasil. São Paulo 16 de abril de 2023. Franz Ehler.

Negócios

A inadimplência do Mercado Pago, o banco digital do Mercado Livre



O Mercado Pago, que desde o ano passado tem se posicionado como o banco digital do Mercado Livre e tem apostado em concessão de crédito para impulsionar a operação de serviços financeiros, está com uma taxa de inadimplência de 29,6% para atrasos superiores a 90 dias, apurou o Pipeline. O número é referente ao quarto trimestre do ano passado e representa uma alta de 5,7 pontos percentuais em relação ao trimestre anterior.

A instituição costuma divulgar apenas a taxa de atrasos inferiores a 90 dias — que caiu de 13,1% para 10,3% no mesmo tipo de comparação —, porque entende que se trata de uma métrica mais relevante para o tipo de crédito

que concede, em geral de prazo mais curto. Como os empréstimos são de valores menores, com um tíquete médio de R\$ 150, a quitação da dívida acaba ocorrendo em menos de três meses, o que faz com que o bom pagador, muitas vezes, não ajude a melhorar o indicador de inadimplência que toma prazos mais longos como referência.

Além disso, o Mercado Pago só tira os maus pagadores da lista de inadimplentes depois de um ano, enquanto há outros players no mercado que trabalham com uma tolerância menor, de seis meses. O resultado é que, ao final de um quarto trimestre, a taxa de inadimplência para atrasos superiores a 90 dias carrega todos os maus pagadores do ano inteiro,

sem ter a contribuição positiva dos bons pagadores que saíram cedo da carteira.

Como o Mercado Pago tem um método muito particular de mensurar os inadimplentes, os investidores costumam ter dúvidas sobre a taxa e como conseguir comparar o índice da companhia com outros players no mercado. A empresa costuma responder que se trata de um caso único.

Em geral, analistas do setor financeiro estão mais habituados a analisar as taxas de inadimplência acima de 90 dias, de instituições que trabalham com financiamentos mais longos, como o de um imóvel ou de um veículo, em que o bom pagador vai ficando e contribuindo para a qualidade da carteira.

Pipeline Valor

Beleza na Web, do Grupo Boticário, anuncia primeira loja física em São Paulo



O marketplace Beleza na Web, do Grupo Boticário, anunciou nesta quinta-feira, 13, sua primeira loja modelo em São Paulo desde que foi adquirida em 2019. A marca, que já possui uma loja em Curitiba, no Paraná, quer se tornar referência no segmento de beleza no varejo físico. A expectativa é quadruplicar o número de lojas nos próximos anos e aumentar o alcance da marca nativa digital.

“O consumidor é o protagonista da nossa história e com a amplificação para o ambiente físico, queremos oferecer uma nova experiência e uma jornada completa

de descobertas com Beleza na Web”, diz Marcela de Masi, Diretora Executiva de Branding e Comunicação do Grupo Boticário.

De acordo com a empresa, a iniciativa visa inserir a marca em um ambiente de omnicanalidade, integrando canais digitais e físicos, completando a jornada de consumo dos clientes.

A estratégia faz parte do plano de expansão do Grupo Boticário, que terminou 2022 com mais de 4 mil pontos de vendas próprios e da rede franqueada, com aumento da base de venda direta e avanço no digital, com destaque para Beleza na Web, que teve um aumento de 76% no portfólio,

em comparação com 2021.

Além do crescimento da divisão B2B, que passou a contar com 66 mil pontos de venda em todo o território nacional.

A loja modelo em Moema vai contar com profissionais especializados nos produtos da marca Sisley Paris, além de oferecer tratamento capilar para clientes que realizarem compras acima de mil reais.

Com a experimentação de diversos produtos e serviços, a loja modelo também vai oferecer totens para a compra online de produtos não encontrados no espaço físico, com a ajuda de um curador especializado.

Exame

Mercedes-Benz vai suspender contrato de trabalho de 1,2 mil funcionários a partir de maio

Os 1,2 mil funcionários da Mercedes-Benz, em São Bernardo do Campo, entrarão em layoff (suspensão temporária do contrato de trabalho) pelo período de dois a três meses, a partir de maio. A suspensão foi aprovada em assembleia nesta quinta entre o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e a montadora. O layoff já estava previsto no acordo coletivo de trabalho da fábrica.

Mercedes também negocia layoff de até dois meses para funcionários da fábrica de Juiz de Fora, em Minas Gerais. Procurada, a Mercedes confirmou a aprovação da proposta de layoff. A montadora informou em nota que, durante este período, os trabalhadores receberão salário líquido integral e passarão por curso de capacitação profissional.

O coordenador da representação na Mercedes no sindicato, Sandro Vitoriano, lembra que os trabalhadores recebem 100% do salário líquido durante o layoff e passam por um curso de formação profissional. Ele diz que esses profissionais têm garantia de retorno para a fábrica. E, quem entra na

suspensão agora, não estará em um eventual próximo layoff caso seja necessário.

A montadora já havia anunciado aos metalúrgicos férias coletivas para 300 trabalhadores por um mês no início de abril, semanas mais curtas de trabalho e o fechamento do segundo turno da montadora a partir de maio, também por três meses. A demanda por caminhões caiu neste início de ano e a montadora está adequando a produção. Entre os motivos estão a falta de peças e as altas taxas de juros no país, que reduzem a demanda por caminhões novos. Em 2022, empresas anteciparam a compra de caminhões devido a entrada em vigor do Euro 6, em janeiro deste ano. Trata-se de uma nova norma de emissões para veículos comerciais. Os novos caminhões ficaram mais caros porque receberam mais equipamentos de controle de emissão de poluentes. Isso também explica, em parte, a queda da demanda este ano.

A fábrica de São Bernardo conta com cerca de 8 mil trabalhadores em sua totalidade, destes 6 mil na produção.

O Globo